

# PARÁ Industrial

DEZEMBRO 2011 • ANO 4 • EDIÇÃO 18

## A VEZ DAS START UPS

**MOVIMENTO DA INOVAÇÃO NO PARÁ  
ESTÁ SE FORTALECENDO PARA GARANTIR,  
MUNDO AFORA, A COMPETITIVIDADE  
DE EMPRESAS NASCENTES**



# Vivo Direto.

É mais que rádio.  
É ilimitado e com  
a maior cobertura  
do Brasil.

 **vivo DIRETO**

Com Vivo Direto, você fala ilimitado, em um toque, com qualquer Vivo Direto do Brasil. É a maior cobertura do país para falar direto com seus funcionários, clientes, família e amigos. E você ainda tem todas as outras vantagens do seu Vivo num único aparelho e num único número.

Conheça planos para você e sua empresa em [www.vivo.com.br/vivodireto](http://www.vivo.com.br/vivodireto)

**POR APENAS  
R\$ 29,90 /MÊS**



# Vivo DIRETO

**vivo** Conexão como nenhuma outra.

Ligações ilimitadas para outros assinantes do serviço Vivo Direto. A contratação do Vivo Direto está condicionada à contratação de um Vivo Pós e à aquisição do aparelho compatível.

Sobre o serviço Vivo Direto: Ligações ilimitadas para outros assinantes do serviço Vivo Direto. É válido apenas de R\$ 29,90 e prorrateado, com tributos, sujeitos a alteração conforme legislação. Serviço exclusivo para clientes Vivo GSM Pós-pago e condicionado à aquisição de um terminal (T1) (Vivo ou não-Vivo). O Vivo Direto é um serviço de valor agregado que permite ao cliente realizar chamadas nacionais para outros assinantes do Vivo Direto dentro da área de cobertura do Vivo e possui renovação automática. Antes de contratar o Vivo Direto, consulte o Termo de Uso do Serviço e verifique os aparelhos compatíveis em [www.vivo.com.br/vivodireto](http://www.vivo.com.br/vivodireto). Vivo possui a maior cobertura do país, conforme o site [www.telecom.br](http://www.telecom.br), em 3/5/2011.



**22** Mercado e universidade intensificam diálogo para garantir a competitividade das *start ups*, empresas inovadoras de base tecnológica

**14** O *boom* das obras verdes e o investimento cada vez maior da construção civil em sustentabilidade no sul e sudeste do país começam a chegar ao Pará

**18** Competitividade da indústria nacional volta à pauta no 6º Enai, agora aliada à inovação, internacionalização e sustentabilidade

**20** Iniciativa privada vai investir mais de R\$ 100 bilhões no Pará até 2016, segundo publicação da Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará

**28** Sustentabilidade e competitividade são ferramentas de expansão de mercados para a carne bovina paraense

**34** Pronatec amplia acesso ao mercado de trabalho

**40** Sebrae e Vale capacitam pequenas e médias empresas

**47** Empresas investem na saúde financeira dos funcionários

## SEÇÕES

➤ Editorial  
Pg. 5

➤ Radar da Indústria  
Pg. 6

➤ Direitos e Deveres  
Pg. 32

➤ Vida Corporativa  
Pg. 48

## ARTIGOS

➤ Deryck Martins  
Pg. 17

➤ Jarbas Porto  
Pg. 37



**6 AS BOAS PRÁTICAS ADOTADAS PELA INDÚSTRIA MINERAL ELEVAM O PARÁ A UMA POSIÇÃO DE DESTAQUE NO RANKING DA SUSTENTABILIDADE."**

**ENTREVISTA** com José Fernando Gomes, presidente do Simineral  
PÁG.10

## DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ / FIEPA QUADRIÊNIO 2010/2014

### PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

### VICE-PRESIDENTES

Shydney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente  
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente  
 Manoel Pereira dos Santos Júnior  
 Nilson Monteiro de Azevedo  
 Roberto Kataoka Oyama  
 Luiz Carlos da Costa Monteiro  
 Hélio de Moura Melo Filho  
 José Maria da Costa Mendonça  
 Luiz Otávio Rei Monteiro  
 Juarez de Paula Simões  
 Marcos Marcelino de Oliveira

### SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário  
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

### TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro  
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

### DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima  
 Antonio Pereira da Silva  
 Pedro Flávio Costa Azevedo  
 Rita de Cássia Arêas dos Santos  
 Cezar Paulo Remor  
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo  
 Solange Maria Alves Mota Santos  
 André Luiz Ferreira Fontes  
 Raimundo Gonçalves Barbosa  
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira  
 Darci Dalberto Uliana  
 Fernando Bruno Barbosa  
 Neudo Tavares  
 Armando José Romanguera Burtle  
 Paulo Afonso Costa  
 Nelson Kataoka

### CONSELHO FISCAL

#### Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro  
 Luizinho Bartolomeu e Macedo  
 Lísio dos Santos Capela

#### Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos  
 João Batista Correa Filho  
 Mário César Lombardi

### DELEGADOS

#### Efetivo junto à CNI:

José Conrado Azevedo Santos

#### Suplentes junto à CNI:

Shydney Jorge Rosa  
 Gualter Parente Leitão  
 Manoel Pereira dos Santos Júnior



DEZEMBRO 2011 ANO 4 • EDIÇÃO 18

Revista do Sistema Federação das  
 Indústrias do Estado do Pará  
 (FIEPA / SESI / SENAI / IEL)

**temple**  
 COMUNICAÇÃO

### PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1416  
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060  
[www.temple.com.br](http://www.temple.com.br)  
[temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)

### REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro  
 Edição: Antonio Fausto e Rosana Maciel  
 Projeto gráfico: Calazans Souza  
 Tratamento de imagem e diagramação: Márcio Euclides  
 Reportagens: Dina Santos, Fabrício Gesta, Lorena Nobre,  
 Samuel Lima, Stephania Amorim, Tatiane Freitas, Tom  
 Lima, Valéria Barros e Yuri Age.  
 Revisão de texto: Karlene Monteiro  
 Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

### PUBLICIDADE

Temple Comunicação  
[temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)  
 (91) 3323-5924  
 Impressão: Marques Editora  
 Tiragem: 15.000 exemplares

\* As opiniões contidas em artigos assinados são de  
 responsabilidade de seus autores, não refletindo  
 necessariamente o pensamento da FIEPA.



**FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL**

[www.fiepa.org.br](http://www.fiepa.org.br)

Assessoria de Comunicação da Fiepa  
 Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)  
 (91) 4009-4900 / 3224-1995  
 Comentários e sugestões de pauta: [ascom@fiepa.org.br](mailto:ascom@fiepa.org.br)

twitter

Siga o nosso perfil  
 @sistemaFIEPA



## PARÁ RECEBERÁ 130 BILHÕES DE REAIS ATÉ 2016

**JOSÉ CONRADO SANTOS**

PRESIDENTE DO SISTEMA FIEPA

Apesar da crise mundial e do clima de incertezas advindo dela, o Brasil saltou da 15ª para a 5ª posição no *ranking* de países que mais receberam investimentos estrangeiros, segundo a agência da ONU para o comércio e desenvolvimento. Esta injeção de recursos na economia nacional também é percebida aqui: até 2016, o Pará receberá cerca de 130 bilhões de reais em novos investimentos. Considerando o curto período de apenas quatro anos, arrisco-me a dizer que este é o maior volume de recursos já registrado pelo Estado em toda a sua história.

Os investimentos, provenientes 100% da iniciativa privada, serão injetados em todas as regiões do Estado. Carajás, onde se concentra grande parte dos projetos minerais, deverá ficar com 53% (68 bilhões de reais) desse montante. Já a região do Tapajós, na qual será construída a hidrelétrica de Belo Monte, receberá 23% dos investimentos, e a região da Grande Belém, onde se destacam os projetos de ampliação nas plantas industriais de Barcarena e do Porto de Vila do Conde, ficará com os outros 24%.

O detalhamento de investimentos e os efeitos deles na economia paraense estão presentes na terceira edição do Pará Investimentos 2012-2016, lançada no final de 2011. A publicação, produzida pela Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará – Redes, o nosso antigo PDF, poderá ser um elemento de contribuição para que o governo direcione recursos de forma a viabilizar a internalização dos investimentos.

O levantamento referente à demanda por mão de obra é um exemplo de como este guia pode auxiliar a administração pública para melhor investir os recursos públicos. Até 2016, serão criadas mais de 160 mil novas vagas de emprego. No entanto, a profissionalização de nossa mão de obra ainda é um gargalo que impede o aumento da nossa

produtividade. Portanto, além do que já vem sendo feito pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e pela Redes, precisamos do suporte do governo para atender a esta alta demanda.

A internalização dos investimentos também se dá pela participação das nossas micro e pequenas empresas como fornecedoras dos projetos que aqui se instalarão. Já conseguimos avançar neste sentido. Nos últimos dez anos, o volume de compras de bens e serviços contratados das empresas paraenses aumentou de 173 milhões de reais, em 2000, para 4.125 bilhões de reais no ano passado. Em 2010, a Redes registrou o maior volume de negócios feito no Pará: 47% das compras efetuadas pelas empresas mantenedoras foram negociadas com empresas locais.

Apesar do avanço, é preciso que os governos deem condições para que as micro e pequenas empresas se fortaleçam. Os pequenos negócios representam grande parte do número total de empresas existentes na economia. No Pará, elas superam 90% do total de empresas instaladas. Em nosso estado, o Sebrae contabiliza, aproximadamente, 476 mil micro e pequenas empresas, sendo que mais de 85% delas estão na informalidade. Nesta condição de informalidade, ficarão impossibilitadas de crescer.

O governo federal já deu o primeiro passo com o Simples Nacional, unificando a arrecadação dos tributos e contribuições. Outro avanço louvável foi a sanção da presidente Dilma da lei que ampliou em 50% o limite de enquadramento do Simples, elevando para 360 mil reais o limite para a receita bruta anual da microempresa e para 3,6 milhões de reais o da pequena empresa. Muitos estados

vizinhos ao nosso já aderiram a este novo teto para o enquadramento das micro e pequenas empresas no Super-simples. Precisamos agora da flexibilização por parte do estado, pois entendemos que assim retiramos nossas empresas da situação de informalidade e damos condições para que elas venham participar dos grandes projetos, internalizando os 130 bilhões de reais que aqui serão investidos, aumentando a arrecadação dos cofres públicos. ◀

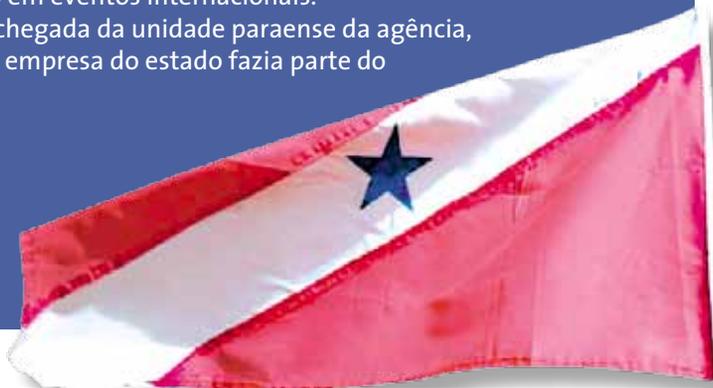


Ilustração: Wilson Vicente

## CATÁLOGO APEX-BRASIL INCLUI EMPRESAS PARAENSES

Em menos de três meses de atuação, a unidade da Agência Brasileira de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) já colhe os frutos de seu trabalho para o fortalecimento da economia local. Em parceria com o Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fiepa, a unidade paraense da Apex conseguiu incluir cinco indústrias no catálogo das empresas habilitadas a acessar todos os serviços da agência. Além delas, 132 empresas já foram cadastradas e aguardam a aprovação para, também, fazer parte do catálogo Apex, divulgado em eventos internacionais.

Antes da chegada da unidade paraense da agência, nenhuma empresa do estado fazia parte do catálogo.



## PRÊMIO SAMUEL BENCHIMOL

A Fiepa sediará, em 2012, o IX Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. O comunicado oficial foi recebido pelo diretor executivo, Ivanildo Pontes, durante cerimônia da edição do Prêmio que ocorreu em 2011, em Macapá (AP). O período de inscrição de projetos para o prêmio é de 4 de abril a 31 de julho de 2012. O Prêmio é iniciativa do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo agraciar empresários, executivos e gestores de políticas públicas, além de órgãos públicos e privados e instituições de pesquisa que se destacaram no desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Foto: Divulgação Biopalma



## SUSTENTABILIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Investir no plantio de dendê para a produção de biocombustível e fortalecimento da agricultura familiar nos municípios onde atua: esses são os desafios para a Biopalma, que desde 2007 está presente na Amazônia e, atualmente, desenvolve projetos em Moju, Tomé-Açu, Concórdia do Pará, Abaetetuba, Bujaru, Igarapé-Miri, São Domingos do Capim e Acará. Aliado à atuação da empresa está o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável. Por isso, a Biopalma realiza o Programa de Agricultura Familiar, que garante o desenvolvimento das propriedades que plantam não apenas o dendê, mas outras espécies também. O programa pretende alcançar duas mil famílias até 2013, investindo na produção de dendê em 10 hectares de cada propriedade familiar, oferecendo assistência técnica gratuita e garantindo o fornecimento de matéria-prima às famílias durante os 30 anos previstos para a produção.

Os agricultores contemplados com o Programa Agricultura Familiar contam, ainda, com o auxílio técnico da Biopalma e crédito do Pronaf Dendê, programa de financiamento do Governo Federal, viabilizado pelo Banco da Amazônia, que visa à aquisição de mudas e manutenção da plantação nos três primeiros anos do plantio, até o início da colheita. A Biopalma integra os investimentos da Vale em energia limpa. O biocombustível, produzido a partir do óleo de dendê, irá alimentar a frota de locomotivas, máquinas e equipamentos de grande porte empregados nas operações da Vale no Brasil, usando o B20, mistura que consiste em 20% de biodiesel e 80% de diesel comum.

# PROJETO ANTECIPA NATAL PARA OS PARAENSES

O Sistema Fiepa encomendou pesquisa de avaliação acerca do projeto “Um Presente para Belém”, realizado desde outubro na Praça Batista Campos. O objetivo é analisar a aceitação do projeto pela população da cidade. A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 15 de novembro de 2011. José Olímpio Bastos, superintendente do Sesi, comentou o resultado da pesquisa e o sucesso do projeto.

## Como surgiu a ideia de desenvolver o projeto “Um Presente para Belém”?

A ideia surgiu há seis anos, a partir do privilégio que o paraense tem de iniciar as comemorações do Natal ainda em outubro, época do Círio de Nazaré. Só que essa comemoração ficava somente entre amigos, como algo introspectivo. Para simbolizar essa tradição, levamos para um logradouro público, no caso, a Praça Batista Campos, o conceito de Círio como o Natal dos paraenses. Assim, transformamos a praça em uma grande árvore de natal logo no mês de outubro.

## Qual foi o objetivo da pesquisa feita acerca do projeto?

Nós queríamos perceber, ainda na primeira fase do projeto, qual foi a impressão do público que participou da programação para avaliar se o conceito está no rumo certo. Esse foi o grande objetivo da pesquisa, que nos levou a um resultado bastante positivo. Com os números levantados, acreditamos que ficará mais fácil buscar parcerias nos próximos anos e, com isso, estender o projeto a outros pontos da cidade até chegar às casas das pessoas. Dessa forma, concretizaremos o conceito do projeto unindo essas duas festas: as comemorações para a mãe de Jesus e o nascimento dele.

## Quais os principais resultados da pesquisa?

Além de comprovarmos que o projeto estava, sim, no rumo certo, com quase 90% de aceitação do público, a concepção e execução do “Um Presente para Belém” começou a criar uma tradição nova em termos de cultura. Dos entrevistados, 98% afirmaram que concordam em estender o projeto para outros pontos da cidade e 86% disseram que a iniciativa foi um estímulo para antecipar a decoração de Natal em suas casas. Então esses dados amarram bem o conceito principal do projeto de criar uma cultura. Outro ponto importante a se destacar na pesquisa foram as declarações espontâneas, que nos deram margem para compreender que o projeto deixou a Praça Batista Campos mais bonita, transmitiu uma sensação de segurança, visto que, por conta da iluminação, houve uma diminuição da violência nos arredores, e também serviu para movimentar o comércio pela atração de turistas.

## E os parceiros do projeto?

Temos relatos de que os parceiros estão muito satisfeitos com os resultados, principalmente com os dados da pesquisa, que mostraram ser o projeto um grande argumento para transformar Belém em um referencial turístico, criando mais um ícone para a cidade: o de luz no meio da Amazônia.



Foto: Tarsos Sarraf

# RADAR DA INDÚSTRIA

Id Tarso Sarraf



## ALUNORTE CIDADANIA

Cerca de 700 moradores de Barcarena e região participaram de mais uma edição do Alunorte Cidadania, uma parceria entre a maior refinaria de alumina do mundo e o Sesi, que leva serviços gratuitos à população daquele município e das cidades vizinhas. Cortes de cabelo, emissão de documentos, atendimento odontológico, vacinação e avaliação nutricional foram alguns dos serviços ofertados na ocasião, quando foram contabilizados mais de quatro mil atendimentos.

Realizado no início de dezembro de 2011, dois dias antes do Dia Mundial do Voluntariado, o Alunorte Cidadania contou com o apoio de quase 200 voluntários e com a parceria de mais de 30 empresas paraenses. “Nossa intenção é contribuir com as comunidades locais, que muitas vezes têm dificuldades no acesso a esses serviços”, diz Rosângela Goulart, gerente de Comunicação Empresarial e Relações com Comunidades da Alunorte. Em três edições, o Alunorte Cidadania já realizou mais de 12 mil atendimentos.





## CERÂMICA DE QUALIDADE

O Laboratório de Ensaio de Cerâmica da mais nova unidade operacional do Senai, inaugurada em 2011 no município de São Miguel do Guamá, começa a realizar os primeiros atendimentos às empresas da região. Inhangapi e Eldorado dos Carajás também terão atividades do Laboratório. Em média, cerca de 60 ensaios cerâmicos serão realizados mensalmente para atender às indústrias que já fazem parte do Programa “Conheça o seu Produto”. O Laboratório fará testes em blocos cerâmicos de vedação e estrutural, além de ensaios e avaliação em telhas cerâmicas. Com base no ISO/IEC 17025, o laboratório tem a estrutura necessária para fazer a medição da qualidade do produto final fabricado nas olarias de todo o Pará, através de determinações de dimensões, absorção de água, resistência à compressão, planaridade, desvios em relação ao esquadro, espessura dos septos, entre outras normas exigidas.



## CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DA FIEPA TEM NOVO PRESIDENTE

O Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente (CTMA), da Fiepa, tem novo presidente. Trata-se do advogado e especialista na área de recursos hídricos, Luiz Augusto Nogueira Moura. A substituição aconteceu após a saída do empresário Justiniano Neto, que assumiu a Secretaria de Sustentabilidade do Governo do Estado. Somam-se a Justiniano mais três representantes do setor produtivo no primeiro escalão do Governo: o vice-governador, Helenilson Pontes, e os secretários Sidney Rosa e David Leal, ambos oriundos da Fiepa. Para a classe empresarial, a escolha representa boas expectativas, além de ser um voto de confiança de que o Governo está investindo na retomada do crescimento do Estado.

Foto: Tarso Sarraf



# MINERAÇÃO: NOVA LÍDERANÇA NO PARÁ

José Fernando Gomes assumiu em outubro deste ano a presidência do Sindicato das Indústrias de Mineração do Pará, o Simineral, que representa a principal atividade da balança de exportações do Estado: a mineração é responsável por 90,54 % do total de recursos exportados pelo Estado. No período de janeiro a setembro de 2011, a exportação comercial do Pará representou mais de 12 bilhões de dólares. Um crescimento de 69,26% em relação a 2010, o que demonstra que a mineração não sente mais os efeitos da crise mundial e que o momento é de diálogo.

## **Qual a missão e principais objetivos do Simineral?**

O Simineral tem como missão criar um ambiente institucional favorável à inserção competitiva e ao desenvolvimento sustentável da indústria mineral no Pará. Formamos um grupo que busca soluções para desafios em comum, pois acreditamos que a disseminação do associativismo permitirá um novo marco estratégico na defesa e valorização do setor mineral junto à sociedade paraense. Nosso valor mais importante é um forte compromisso com uma mineração socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente equilibrada.

## **Quais os principais desafios e ações do Simineral em sua gestão?**

Um grande desafio foi elaborar o nosso planejamento estratégico há três anos. Era consenso entre todos os diretores que precisávamos de um plano que estruturasse o sindicato, objetivando transformá-lo na principal referência da mineração industrial no Pará. A primeira etapa deste percurso já foi vencida e os alicerces já estão prontos. Neste novo momento, reforçaremos as nossas quatro linhas de ação, criando novos produtos e serviços nas áreas de promoção, representação, assessoria e capacitação empresarial, sempre procurando agregar benefícios às nossas filiadas. É também momento de conquistarmos o reconhecimento institucional, o que só alcançaremos com abertura a parcerias. Criamos um canal de interlocução legítimo, qualificado e sempre aberto à formação de novas alianças.

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO QUE OCORRE MÜNDO AFORA, NOTADAMENTE NA CHINA, SUSTENTA A ELEVADA PROCURA POR BENS MINERAIS PRODUZIDOS NO PARÁ.”**



Fotos: Divulgação Simineral

### **Falando em novas parcerias, como está a relação do Simineral com o governo?**

A relação do sindicato com o governo é muito boa. Nós estamos em contato com todos os representantes, como o governador Simão Jatene e o vice-governador Helenilson Pontes, bem como com os secretários de estado, dialogando e mostrando quais as demandas do setor mineral e tentando solucionar essas demandas com eles da melhor maneira possível e tenho certeza de que essa boa relação se manterá por toda a nossa gestão.

### **Apesar desse bom relacionamento, o governo enviou para a Assembleia Legislativa vários projetos que não são interessantes ao setor produtivo e ao setor mineral. Como vocês veem isso?**

O governo enviou os projetos porque é direito dele enquanto governo, foi eleito para isso, mas nós vamos avaliar todos esses projetos, fazer uma análise jurídica crítica e tomar as providências que acharmos necessárias para o bem do setor mineral. Seja o que for, notícia boa ou ruim, manteremos o diálogo.

### **Há projetos também na esfera federal, tramitando no Congresso Nacional, que tratam de divisão de royalties e aumento de alíquotas de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Como o setor acompanha essas propostas?**

Estamos acompanhando todos os projetos nesse sentido que tramitam em nível federal, estadual e municipal. Acho sempre preocupante qualquer tipo de aumento de carga tributária, principalmente pontual. As entidades de classe de todo o país estão unidas contra qualquer aumento de carga tributária. Não podemos pensar nisso sem olhar para o contexto global, quanto a mineração paga como um todo nos impostos, sejam trabalhistas ou de outros aspectos.

### **Há espaço para reverter essa situação ou a tendência da classe política é seguir esse caminho de tributar ainda mais o setor? ➔**



O setor mineral é a bola da vez, não é? O grande crescimento verificado na China e em outros países vai tirar muita gente de áreas agrícolas e colocá-las nas áreas urbanas. Vão precisar de minério no mundo todo, tem investimento e as pessoas pensam: “Ah, estão exportando?”, mas esquecem que o ferro já esteve em torno de 20 mil dólares, hoje é 180 dólares a tonelada. Então é muito perigoso falar em tributação do setor. O preço pode cair de novo, por isso é muito perigoso falar de qualquer aumento pontual de alíquotas para o setor.

**Havia uma expectativa muito grande para a criação de uma secretaria específica para a mineração, mas o governo optou por recriar a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom). Isso atende ao que o setor mineral espera?**

Foi um grande avanço aprovar o projeto de recriação da Seicom. Fazemos parte dessa secretaria, pois a mineração terá uma diretoria específica. É, sem dúvida, uma iniciativa muito produtiva, inclusive porque o titular será David Leal, que é uma pessoa que conhece o setor produtivo, já trabalhou em uma empresa de mineração e tem todas as condições de fazer um bom trabalho e terá nosso apoio. Isso é importante neste momento porque acredito que, com o aumento da população mundial, com a demanda desses grandes países por minérios, cada vez mais o Brasil e principalmente o Pará serão grandes exportadores de matéria-prima para o mundo todo e o Estado precisa estar preparado para isso.

**Qual o panorama atual do setor mineral no Pará?**

O processo de urbanização que ocorre mundo afora, notadamente na China, sustenta a elevada procura por bens minerais produzidos no Pará. Segundo a ONU, dois terços da população mundial residirão em cidades até 2050. Assim sendo, observa-se um aumento contínuo nas exportações das indústrias extrativas minerais. Os últimos dados do Simineral mostram que houve um crescimento de 125% nas exportações parciais de 2011, quando comparadas aos valores do ano passado, o que certamente se materializará em um novo recorde na balança comercial do Estado. Vale destacar o aumento de 24% na geração de empregos diretos na indústria extrativa mineral. Hoje, a cadeia produtiva mineral responde por 229 mil postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos, nas indústrias extrativas, de transformação, terceirizados e fornecedores. O panorama é bastante próspero, com muitos investimentos no horizonte.

**Quais as expectativas para os próximos anos?**

Mantidas as atuais condições de mercado, os investimentos previstos pelo Simineral permitem assegurar um cenário de crescimento nos próximos anos. A indústria extrativa mineral investirá 24 bilhões de dólares até 2015 no Pará. Somando-se aos investimentos previstos pela indústria de transformação mineral, em infraestrutura e outros negócios (biodiesel), o Pará receberá 38 bilhões de dólares de investimentos em sua cadeia produtiva mineral até 2015. A mineração é o segmento produtivo que mais investe,



**OS PROCESSOS SUSTENTÁVEIS EM USO NA ATUALIDADE PERMITEM AFIRMAR QUE É POSSÍVEL PRODUZIR MINERAIS E, AO MESMO TEMPO, COLABORAR PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.”**

sendo também responsável pelo maior salário médio pago aos trabalhadores do Estado.

### **Qual é o maior gargalo enfrentado pela mineração?**

Acho que o principal gargalo é conciliar o tempo do poder público com o tempo da iniciativa privada. Acho que cada vez mais o poder público tem que estar preocupado com o rigor ambiental, com a sustentabilidade, mas também precisa estar atento ao tempo e às janelas de oportunidades. Porque, se depender de alguns órgãos ambientais ou qualquer outro que demore a dar uma licença, uma concessão ou qualquer outra certidão de uso de solo, aquela janela pode passar. Um exemplo clássico é o níquel, que chegou a mais de mil dólares a tonelada e depois caiu. Tem que ter esse entendimento e adequar os tempos, e para isso tem que ter muito diálogo.

### **Qual a posição do estado do Pará no cenário mineração e biodiversidade?**

As boas práticas adotadas pela indústria mineral elevam o Pará a uma posição de destaque no ranking da sustentabilidade. Na relação existente entre produto e processo, a mineração destaca-se em ambos. Avança na produção que, a cada ano, imprime novos recordes e evolui em processos sustentáveis cada vez mais comprometidos com o equilíbrio socioambiental. O compromisso é contínuo: da pesquisa ao fechamento da mina, a indústria mineral investe em sistemas de gestão ambiental, qualifica-se para certificações, submete-se a auditorias, entre outros meios que diminuem significativamente os impactos ao meio ambiente. De postura proativa, a mineração industrial caracteriza-se por uma gestão que vai além das obrigações dos marcos regulatórios. São inúmeros os projetos de responsabilidade socioambiental realizados pelas empresas em conjunto com parceiros locais, integrando a indústria à comunidade, estimulando vocações e abrindo oportunidades para o desenvolvimento e conservação do meio ambiente. É preciso aproveitar ao máximo o privilégio brasileiro de poder combinar dois valiosos ativos naturais: a bio e a geodiversidade. Ao dificultarmos o uso múltiplo e sustentável destes recursos, na quantidade e qualidade que dispomos, desperdiçamos insumos para o desenvolvimento e fechamos janelas de oportunidades para a geração de trabalho, renda e melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. A mineração, em seu cotidiano, tem conseguido provar que o aproveitamento da geodiversidade e a conservação da biodiversidade caminham lado a lado. São ativos complementares que, se combinados eficientemente em um planejamento integrado para o uso da terra alavancarão fortemente o desenvolvimento.

### **Quais os maiores desafios na relação com o meio ambiente?**

No Brasil, e notadamente na Amazônia, um grande desafio conceitual ainda é provar que a bio e a geodiversidade não concorrem entre si. Os processos sustentáveis em uso na atualidade permitem afirmar que é possível produzir minerais e, ao mesmo tempo, colaborar para a conservação da biodiversidade. A adoção de práticas sustentáveis torna possível esta conciliação. Há muitas alternativas para prevenir ou minimizar os impactos em áreas de mineração. Ademais, a boa gestão da biodiversidade proporciona inúmeros benefícios às empresas, entre eles: aumento na confiança dos investidores, menos contenciosos com órgãos fiscalizadores, redução de riscos, melhoria na relação

com as comunidades e mais aceitação social. Entretanto, por outro lado, o abrangente e confuso arcabouço legal dá margem a diversas interpretações sobre a relação entre mineração e biodiversidade, o que termina por direcionar o licenciamento ambiental para a judicialização. As interpretações ainda divergem sobre a aceitação da mineração industrial em unidades de conservação de uso sustentável, sobre a aplicação da compensação ambiental recolhida pelas empresas, sobre a destinação dos produtos da biodiversidade provenientes das áreas de supressão vegetal das minas, entre outros desafios de abrangência setorial que fazem parte da agenda do Simineral. Trabalhamos pela convergência entre mineração, meio ambiente e desenvolvimento.

### **Como o senhor avalia as atuais propostas de aumento nas alíquotas da CFEM?**

Não é adequado isolar apenas uma das contribuições sem analisar o conjunto dos encargos que incidem sobre o setor mineral brasileiro. Na totalidade de tributos e contribuições que incidem sobre a mineração, o Brasil está situado entre as três maiores cargas tributárias do mundo, distanciando-se cada vez mais de seus principais concorrentes. Ademais, se a Lei Kandir e o Poder Público Federal criaram distorções e perdas de arrecadação nos Estados exportadores, desequilibrando a relação entre incentivos e compensações, não cabe corrigi-las com mais distorção e ônus sobre o setor produtivo. Também é imperiosa a necessidade de se estabelecer mecanismos legais capazes de garantir a correta aplicação da CFEM, pois a pura sobrecarga de contribuições lamentavelmente não resultará, na maioria das vezes, em qualquer reflexo positivo direto ou indireto na vida dos cidadãos. A falta de fiscalização e transparência quanto à aplicação da CFEM geram consequências danosas e irreversíveis que em nada contribuem para alcançar os propósitos dos royalties e romper com o ciclo de dependência em que muitos municípios se encontram. ❏

# Construções verdes

**A TEMÁTICA SUSTENTABILIDADE CHEGOU À CONSTRUÇÃO E  
COMEÇA A SER VERIFICADA EM EXEMPLOS LOCAIS**



**T**ermo recorrente na mídia, sustentabilidade, para muitos, ainda é conceito desconhecido ou de difícil assimilação, assim como as expressões “empresa sustentável”, “responsabilidade social” e “ecologicamente correto”. Para as empresas, sustentabilidade é termo que impõe um grande desafio: o de aliar a marca da organização a projetos de caráter sustentável. O conceito ganha agora uma nova aplicação: na construção.

O modelo de construção sustentável é aquele que interfere minimamente no meio ambiente, sem esgotar os recursos naturais, utilizando, muitas vezes, materiais e soluções diferenciados que reduzem a poluição e garantem economia de recursos hídricos e de energia, por exemplo.

As obras verdes são um novo desafio e tendência para empreendedores em todo o mundo. O setor da construção é tido como um dos maiores consumidores de materiais renováveis e não renováveis do planeta, a exemplo da madeira, ferro, água, areia. No embalo do mercado brasileiro, o Pará também assiste a um *boom* da construção civil e começa a desenvolver construções verdes, que geram menos impacto ao meio ambiente.

Para Rodrigo Terezo, engenheiro civil e professor da Universidade Estadual de Santa Catarina, o mercado paraense é promissor, rico em matéria-prima, mas ainda pouco explorado. Ele afirma que já é hora de as empresas paraenses utilizarem os recursos disponíveis

na Amazônia, rica e com vocação para gerar produtos renováveis.

Terezo conta que, em Santa Catarina, as obras públicas já seguem os padrões de sustentabilidade, sendo necessária a inclusão de áreas verdes em suas construções. Ele menciona alguns exemplos: cidades como Rio do Sul (SC) tornaram obrigatória a instalação de sistemas de coleta de água da chuva e seu uso em sistemas não potáveis; a prefeitura da cidade de Palhoça (SC) exige percentuais crescentes de área verde em terrenos com mais de 350 m<sup>2</sup>, com o intuito não só de preservá-las, mas também de ampliá-las; já em Curitiba, capital paranaense, são aplicados recursos em projetos sustentáveis que visam à melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Para Rodrigo, as empresas paraenses precisam investir mais em parcerias com centros de pesquisas da própria região, trabalho que, segundo ele, vem sendo desenvolvido com êxito no sul do país, região da qual ele destaca o envolvimento de empresas e centros de pesquisas que primam pelo desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias aos produtos.

As construções sustentáveis ainda custam mais caro do que as obras feitas pelos métodos considerados convencionais. Porém, os resultados são mais vantajosos, já que os impactos ambientais são menores. “Os prédios verdes oferecem muitas vantagens tanto para o empreendedor, quanto para o consumidor e a população em geral. Existem ganhos expressivos de consumo de energia e água ao longo da vida útil da construção, que minimizam os custos da

obra”, argumenta Rodrigo Terezo.

Além disso, ele reforça que os chamados prédios verdes são construções confortáveis, com melhor iluminação, mais qualidade de ar e, portanto, mais saudáveis. “Os projetos sustentáveis causam menos danos ao meio ambiente, auxiliam na preservação da natureza e ainda dá pra fazer uma economia nas contas de energia e água”, garante o especialista. ➔

Ilustrações: Rodrigo Terezo



Prédios verdes: mais iluminação, mais ar e mais conforto



## USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

Neste ano o Shopping Pátio Belém, na área central de Belém, começou uma reforma em seus banheiros que, além de priorizarem mais conforto e segurança para os clientes, também dispõem de dispositivos

que ajudam na economia de água. Segundo a arquiteta responsável pela execução do projeto, Larissa Bendelak, a preocupação faz parte do plano de gestão hídrica do shopping, por isso foram instalados nos novos banheiros sensores automáticos para as torneiras, saboneterias e descarga dos mictórios, estes possuem fluxo de uso já estipulado, de acordo com estudo feito de uso por pessoa. Além disso, a descarga das bacias

sanitárias possuem acionamento duplo, para resíduos sólidos e líquidos, os quais também possuem vazão diferenciada por uso; conforme fornecedor, podemos ter economia de até 30%, no acionamento do botão 1, usado para resíduos líquidos. 

## ESPÉCIES NATIVAS SÃO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL

O paricá, árvore nativa da amazônica, já é muito utilizado pelo setor da construção civil no sul do país. A árvore, que antes era usada somente para fabricação de caixas de MDF, hoje é utilizada na produção de chapas de compensados e vários outros produtos do mercado da construção civil, como forros, portas, painéis, lâminas decorativas, móveis, utensílios e estrutura. Por ser uma madeira com características mais leves não é recomendada sua utilização em pisos.

O engenheiro ambiental Rodrigo Terezo, paraense que há dez anos mora em Santa Catarina, esteve em Belém

no último mês de outubro, onde ministrou palestra sobre as potencialidades de uso da madeira paricá na construção civil. O encontro ocorreu no auditório da Fiepa, e reuniu empresários do setor da construção civil.

Além do paricá, a região amazônica possui muitas outras espécies que podem ser aplicadas ao mercado da construção civil como as madeiras tachi pitomba, sorva, envira, maragonçalo.

Foto: Rodrigo Terezo





## O DESAFIO DE IMPLEMENTAR A CONCESSÃO FLORESTAL

**DERYCK MARTINS**

ENGENHEIRO FLORESTAL, ESPECIALISTA EM GESTÃO E AUDITORIA AMBIENTAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ

A Lei 11.284, de 2006, criou o instrumento de gestão de florestas públicas e iniciou a construção de um novo modelo de utilização de florestas em áreas públicas, com forte reflexo no desenvolvimento da Amazônia. Em bases conceituais, busca-se promover a utilização sustentável das florestas públicas federais e estaduais, criando uma gestão compartilhada com a iniciativa privada. Acredita-se que, a partir da gestão correta das florestas públicas, os resultados possibilitarão a redução do desmatamento, o aumento tanto das áreas manejadas quanto das áreas certificadas, a diminuição dos conflitos fundiários, a promoção do uso múltiplo das florestas e o aumento da base produtiva de madeira de forma legal e sustentável.

No entanto, para que se possam obter os resultados esperados, o principal desafio para essa norma é a sua implementação, transformando as previsões legais em ações práticas. Para que isso ocorra, faz-se necessário normatizar os processos em seus pormenores e ajustá-los às instituições públicas envolvidas.

A primeira concessão florestal do estado do Pará ocorreu no âmbito federal, na Floresta Nacional Saracá-Taquera, em Oriximiná. As empresas vencedoras do processo assinaram o contrato de concessão florestal com o órgão gestor no mês de agosto de 2010, portanto há mais de um ano, e, até o momento presente, não iniciaram as atividades de exploração florestal. Acompanhando esse processo, trago algumas questões fundamentais para superarmos os entraves atuais e avançarmos sobre a implementação.

Um primeiro ponto, crucial para o funcionamento do sistema, refere-se à clara falta de harmonização institucional. A boa relação entre as instituições públicas – envolvidas e competentes – no processo é fundamental para diminuir a burocracia tão pesada e conhecida dos industriais. As regras atuais que regem o processo não são integradas e atuam de forma independente, criando exigências

dobradas que afetam diretamente os custos relacionados ao licenciamento das atividades.

Os gastos referentes ao licenciamento ampliam o que chamamos de custo de transação, representado por todos os investimentos feitos antes de iniciar qualquer atividade de produção. Essa contabilidade engloba os custos de licenciamentos, anuências, contratos, reuniões, audiências, entre outros.

Entre a assinatura do contrato e a aprovação do plano de manejo florestal, há clara lacuna que impede o concessionário de iniciar atividades básicas, tais como inventário florestal, delimitações, construção de infraestrutura, dentre outras que, aliadas às questões climáticas – uma vez que a atividade florestal ocorre somente no verão –, acabam por criar longos períodos de espera que contribuem para o aumento dos custos envolvidos.

Todas essas questões influem diretamente na viabilidade dos negócios que se pretende desenvolver no âmbito das concessões florestais, questionamentos que também nos fazem suscitar uma pergunta que, até o momento, não temos como responder: a concessão florestal é viável economicamente?

No centro desse debate está a economia florestal, a manutenção das florestas e a garantia de realização do manejo florestal sustentável, o qual consiste no uso dos recursos que propiciam benefícios sociais, econômicos e ambientais para toda a sociedade. ◀



Ilustração: Wilson Vicente

# Agenda do Brasil para a Competitividade



Foto: Bosco Galvão

# Indústria brasileira foca na competitividade

**INOVAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE TAMBÉM FORAM DEBATIDOS NO 6º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA**

A indústria nacional persegue a competitividade no mercado global há muito tempo. A alta carga tributária, o câmbio baixo, o pouco investimento público em pesquisa e tecnologia e a falta de mão de obra qualificada são fatores que impedem uma competição do Brasil com países como a China e a Índia.

Já discutida no 5º Encontro Nacional da Indústria (Enai), que aconteceu em 2010, a competitividade foi o pilar do 6º Enai, realizado no final de outubro de 2011, em São Paulo, juntamente com a inovação, internacionalização e sustentabilidade. Essas quatro palavras nortearam o debate proposto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante os dois dias do evento, que reuniu cerca de 1,5 mil empresários de todo o Brasil.

Na ocasião, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, enfatizou a importância de o empresário brasileiro participar e defender os interesses do setor produtivo nos espaços de construção das políticas. “Não podemos estar ausentes dos ambientes

onde acontece a construção de políticas. São processos complexos, que exigem mobilização e participação para se obter avanços. Ausência será omissão e se tornará custos para as empresas”, afirmou.

Braga de Andrade falou inclusive que essa ausência resultará num país com menor capacidade de crescimento. “Para a eficácia da ação política empresarial, é fundamental que tenhamos unidade de ação em torno de objetivos comuns”, completou.

Presente no 6º Enai com uma das maiores delegações, a Federação das Indústrias do Pará (Fiepa) participou dos debates para o fortalecimento do setor produtivo brasileiro. Ivanildo Pontes, interlocutor do Enai no Pará, comentou a posição de destaque que o Estado ocupa na economia nacional, visto que está em segundo lugar entre os Estados brasileiros com melhor saldo da balança. “Por esse motivo e pelo crescimento econômico do Pará, achamos relevante trazeremos uma delegação que contemple os diversos setores da economia paraense”, acrescentou Ivanildo.



❖ Gualter Leitão, da Fiepa, defende o diálogo entre as regiões do país

Para o presidente do Sindicato do Setor Florestal de Paragominas (Sindiserpa), Mário Lombardi, o Enai é a oportunidade que industriários e sindicatos precisam para interagir, reivindicando ações que beneficiem todos os setores industriais. “Este é o terceiro ano que participo e, a cada edição, percebo o quanto precisamos trocar informações e conhecimento com os outros estados para enxergar novas soluções e solucionar os gargalos existentes”.

Lombardi afirmou que, há anos, a indústria luta pela redução dos altos tributos e que o Enai é uma das oportunidades que a indústria tem para mostrar sua união e conseguir não apenas melhorias para o setor, mas também crescimento e maior geração de empregos.

Vice-presidente da Fiepa, Gualter Leitão também ressaltou o espaço como propício para o fortalecimento político da classe empresarial e para a troca de informações. “O problema para a defesa dos nossos interesses é que, muitas vezes, o Brasil não conhece o próprio Brasil. O Sul e o Sudeste desconhecem a realidade da Amazônia. É preciso entender nossa realidade para defender os interesses do território e produzir políticas que desenvolvam a região”, argumentou.

Atualmente, a CNI monitora 130 políticas públicas e mais de 4,5 mil projetos de lei. Dentre as ações políticas que acompanha estão as obras de infraestrutura que integram a Amazônia Legal, apontadas como prioritárias para o desenvolvimento da região e presentes no Projeto “Norte Competitivo”. Apresentado ao Congresso Nacional e à Presidência da República no primeiro semestre de 2011, o projeto foi idealizado pela Fiepa há dois anos e encampado pela Ação Pró-Amazônia, que reúne as nove federações das indústrias dos Estados da Amazônia Legal.

José Conrado Santos, presidente da Fiepa, ressaltou que o projeto dialoga com a proposta da CNI: aumentar a competitividade da indústria brasileira. Santos mostrou também a importância do diálogo entre Fiepa e CNI, o que possibilita levar as “demandas da nossa região para serem defendidas pela Confederação em âmbito federal”. ❏

## PARÁ GANHA DESTAQUE EM ÂMBITO NACIONAL

O Conselho de Responsabilidade Social (Cores) da Fiepa apresentará, na próxima reunião do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Projeto de Qualificação de Lideranças, idealizado e executado pela Usina Siderúrgica do Pará (Usipar) e que, há quase dois anos, vem sendo difundido pelo Cores Pará.

“A grande finalidade do Conselho, além de representar os sindicatos filiados à Federação, é articular as boas ações desempenhadas pelas empresas localizadas no estado, levando esses *cases* para que outras indústrias possam fazer o mesmo. A responsabilidade social já não pode mais ser entendida como filantropia. É uma ferramenta primordial para a gestão das empresas”, enfatizou a presidente do Cores Pará, Lia Carvalho (*foto*).

Além do Projeto de Qualificação de Lideranças, da Usipar, o Conselho Paraense deverá levar para as demais 26 federações de indústrias o seu projeto de educação cidadã. Desenvolvido na fase pré-eleitoral, em 2010, o Projeto Voto Cidadão, idealizado em uma parceria do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (Sesi), no Pará, com o Cores, contribuiu com o processo de conscientização dos eleitores, mostrando a importância do voto e suas consequências na vida cotidiana.

“O Voto Cidadão foi uma iniciativa bastante vitoriosa. Levou às fábricas do Estado uma gama de informações para contribuir com a conscientização dos eleitores. Pretendemos iniciar a segunda fase desse projeto já no início de 2012 e, paralelamente, levarmos este *case* para outras federações, contribuindo para uma sociedade brasileira mais esclarecida”, justificou Lia Carvalho.



# Publicação mapeia alta de investimentos

**“PARÁ INVESTIMENTOS – OPORTUNIDADES E DESAFIOS” PREVÊ A APLICAÇÃO, PELA INICIATIVA PRIVADA, DE MAIS DE 100 BILHÕES DE REAIS NO ESTADO**

O Pará passa por fase de grandes investimentos e de ampla geração de empregos. Conhecer os projetos que virão para o Estado e suas etapas de implementação são os primeiros passos que as empresas paraenses podem dar no sentido de se preparar para as oportunidades, que também surgirão. Serão cerca de 130 bilhões de reais investidos e aproximadamente 160 mil empregos gerados entre 2012 e 2016. É com o objetivo de antecipar quais são esses investimentos que a Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (Redes) publica, desde 2008, o “Pará Investimentos – Oportunidades e Desafios”.

Para o presidente da Fiepa, José Conrado Santos, na terceira

edição do estudo, apresentada em novembro, apesar do cenário de incertezas que se formou na economia mundial, o Pará vem recebendo maior atenção dos investidores nacionais e internacionais, que estão aplicando recursos na ampliação, diversificação e modernização da produção.

“Considerando o curto período em que ocorrerão esses investimentos, entre 2012 e 2016, arrisco a dizer que é o maior volume de recursos já registrado pelo Estado em toda a sua história”, ressaltou Santos. Os novos investimentos, provenientes da iniciativa privada, serão injetados em todas as regiões do Estado,

sendo que a região de Carajás - onde se concentra grande parte dos projetos minerais - deverá ficar com 53% do volume de investimentos.

Além do mapeamento dos recursos, a publicação apresenta também os efeitos que eles causarão à economia paraense. A demanda por mão de obra qualificada, que já se apresenta como um gargalo para o aumento da produtividade no estado, deverá aumentar. De acordo com Rodrigo Garcia, responsável pela publicação e consultor técnico da Redes, a “Pará Investimentos – Oportunidades e Desafios” é uma importante ferramenta para composição de cenário na elaboração do pla-



🗨️ O consultor Rodrigo Garcia resalta a demanda de mão de obra qualificada que surgirá com os novos investimentos

nejamento estratégico das empresas, além de trazer informações estratégicas sobre a preparação de mão de obra e profissionalização na gestão de negócios.

Segundo Rodrigo, com a divulgação de novos postos de trabalho, o empresário pode – e deve – antever sua necessidade de capital humano e, assim, prospectar profissionais ou investir em programas de qualificação, fazendo com que a empresa ganhe um diferencial diante dos concorrentes.

Esse crescente volume de investimentos tem sido historiado em todas as edições da “Pará Investimentos”. A publicação iniciou a apuração dos dados em 2008 e, em sua primeira edição, apresentou 80 bilhões de reais em volume de investimentos públicos e privados, mesmo diante da crise econômica mundial, que pairava sobre as empresas. Na 2ª edição, 2010-2014, a previsão de investimentos chegou a cerca de 105 bilhões de reais, gerando cerca de 120 mil empregos diretos. Para a mais recente edição, 2012-2016, os investimentos alcançaram a marca de 130 bilhões de reais, que possibilitarão cerca de 160 mil empregos diretos.

Visando a atrair investidores estrangeiros e destacar as potencialidades do estado, a terceira edição da publicação foi concebida também na língua inglesa, eliminando barreiras entre o Pará e outras regiões do planeta. “Diante de tudo isso, o empresário, com visão de futuro, tem por obrigação lançar mão desse estudo, para melhor calibrar a estratégia do seu empreendimento”, comentou o coordenador geral da Redes, Luiz Pinto.



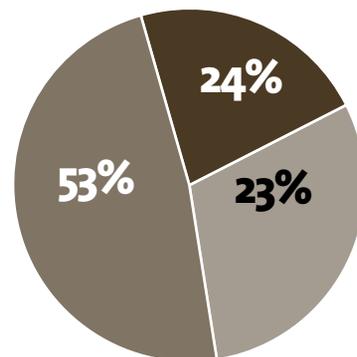
## GRANDES OPORTUNIDADES

A publicação da Redes é importante por mostrar o potencial dos investimentos que chegarão ao Pará nos próximos cinco anos, servindo, inclusive, para atrair outros recursos – em função do consumo, que aumentará – e alertar indústria, comércio e serviços no intuito de se prepararem como fornecedores.

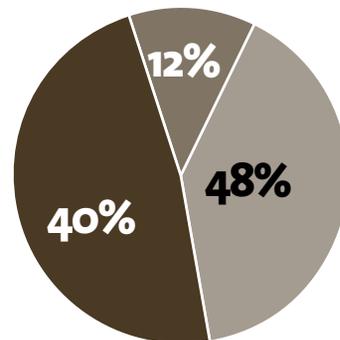
Uma das grandes responsáveis pelos grandes investimentos no Estado é a Vale. Apenas com seu maior projeto, o S11D, vai proporcionar ao Brasil um acréscimo de 7,65 bilhões de dólares no superávit da balança comercial. “Os projetos da Vale proporcionarão empregos, educação, aumento de compra de material e serviços na região e aumentarão o consumo no comércio, devido à massa salarial dos empregos diretos e indiretos”, afirmou o presidente da Aços Laminados do Pará (Alpa), José Carlos Soares.

Com a alta nos investimentos, a Companhia das Docas do Pará (CDP) executará, por meio da primeira concessão precedida de obra pública, a instalação de um novo terminal de múltiplo uso, o TMU2, composto por seis berços para navios tipo Capesize, com capacidade para 175 mil toneladas; e quatro berços para barcaças, com capacidade para a instalação de até 13 correias transportadoras. “O TMU2 será de alta produtividade no embarque e desembarque das cargas”, informou a diretora de gestão portuária da CDP, Socorro Pirâmides. ➔

### INVESTIMENTOS PREVISTOS\* 2012-2016



### EMPREGOS PREVISTOS\* 2012-2016



\*Fonte: Pará Investimentos 2012-2016



# A VEZ DAS START UPS

**MOVIMENTO DA INOVAÇÃO NO PARÁ ESTÁ SE FORTALECENDO PARA GARANTIR, MUNDO AFÓRA, A COMPETITIVIDADE DE EMPRESAS NASCENTES**

**A** economia direcionada para a inovação, que tem forte atuação em países como Estados Unidos e China, avança como modelo de desenvolvimento empreendedor sustentável em vários estados brasileiros, como o Pará. O resultado são negócios com tecnologias pioneiras, que têm bastante êxito nos mercados nacional e internacional. Algumas empresas que apresentam tal perfil são conhecidas como start ups e nasceram de incubadoras de instituições de ensino superior, espaços de van-

guarda por propiciarem relação que começa a se lapidar no Brasil: universidade e mercado.

A maior aproximação desses dois ambientes atesta que o diálogo entre a produção de conhecimento inovador e a experiência da gestão de mercado é fundamental para fortalecer esse promissor modelo econômico. O desafio para os brasileiros com espírito empreendedor é desenvolver mais a habilidade de gerenciar esse capital intelectual, para transformá-lo em bens e serviços

inovadores e sustentáveis, aptos a conquistar mais parcelas do mercado global.

O potencial de negócios inovadores do Pará é exemplificado pela atuação de empresas como a Chamma da Amazônia, que lida com cosméticos e hoje apresenta franquias em várias cidades brasileiras; a Amazon Dreams, empresa de tecnologia de química fina de produtos naturais, que atua nos mercados nacional e internacional; e a Neuradix, de tecnologia de automação, que nasceu em

Leila Furtado,  
coordenadora do  
PIEBT-UFPA



2010 e já acumula premiações.

A atuação das incubadoras de universidades e, mais recentemente, a implantação de Parques de Ciência e Tecnologia fortalecem o movimento da inovação no Pará, com iniciativas que fornecem suporte à geração, amadurecimento e expansão de start ups. Pioneiro na incubação de empresas na Região Norte, o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica da Universidade Federal do Pará (PIEBT-UFPA) auxilia na criação e desenvolvimento de empresas no mercado desde 1995. Atualmente, está vinculado à Agência de Inovação Tecnológica da UFPA (Univer-sitec), também conhecida como Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos.

É por meio de treinamentos e programas de capacitação que o PIEBT forma o empresário-empendedor, que passa a conhecer mais o mercado e seus concorrentes. Além de disseminar o empreendedorismo, essas ações também incentivam o uso de tecnologia em produtos, processos e serviços, e prospecta projetos de pesquisa com potencial para gerar produtos competitivos e estimular a criação de novas empresas. Trinta e sete empresas já foram atendidas nos 16 anos de existência do programa, sendo que 18 delas foram graduadas, ou seja, alcançaram desenvolvimento suficiente, que permitiu a saída do processo de incubação.

No início, a maioria das incubadas pertenciam às áreas de biotecnologia, fitoterápicos e alimentos. A partir de 2003, segundo

Leila Furtado, coordenadora do PIEBT-UFPA, houve um estímulo para a criação de empresas na área de Tecnologia da Informação (TI), motivado por editais direcionados à área. “Hoje, das oito empresas incubadas, cinco são de TI”, comenta Leila.

Entre as empresas premiadas, que já passaram ou ainda estão instaladas no PIEBT, encontram-se a Chamma da Amazônia, *Amazon Dreams* e Neoradix. “A Chamma da Amazônia e a Amazon Dreams, inclusive, já têm forte atuação nos mercados nacional e internacional”, assinala Leila. Para a coordenadora do PIEBT-UFPA, existem várias empresas de base tecnológica na região que têm habilidades técnicas no mesmo nível de empreendimentos do setor que avançam em outros estados. Ela avalia que a falta de recursos representa um entrave para o crescimento desses pequenos negócios, pois a tendência é condicionar empresas a grandes financiamentos.

O ambiente de incubação pretende contribuir com o fomento de start ups, disponibilizando editais de financiamento e eventos de interesse empresarial, além de espaços físicos e informações sobre redes de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias e produtos inovadores. “Começar numa incubadora é um caminho mais viável para as empresas nascentes, que não têm grandes recursos, porque nesse ambiente ocorre a sinergia com outros agentes de inovação, importante para o ciclo do negócio”, explica Leila Furtado. ❏

## INOVAÇÃO EM NÚMEROS

**1** Aumento de mais de 1000% nos gastos com inovação: de R\$ 300 milhões em 2003 para R\$ 4 bilhões em 2010;

**2** Foram R\$ 5 bilhões para inovação entre janeiro e agosto de 2011;

**3** Objetivo agora é que esses números abarquem pequenos e médios empreendimentos

**4** Para isso, a Finep lançou o Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): serão investidos R\$ 270 milhões



## PCT: ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO

Para oferecer suporte às várias etapas de negócios inovadores, desde o nascimento da ideia até a consolidação do empreendimento, é que foi inaugurado, em dezembro de 2010, O Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá. A gestão desse espaço é de responsabilidade da Fundação de Ciência e Tecnologia Guamá, que resulta de parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e conta com aporte financeiro da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A partir de 2012, o PCT lançará edital, em parceria com o PIEBT/UFPA, disponibilizando lotes para empresas inovadoras e de base tecnológica de todos os portes.

As áreas de foco do PCT são Biotecnologia, Energia, Tecnologia da Informação e Comunicação, Tecnologia



**TEMOS CAPITAL INTELLECTUAL PARA DESENVOLVER GRANDES IDEIAS, MAS É PRECISO DOMINAR O PROCESSO DE GESTÃO PARA GERAR MODELOS DE NEGÓCIOS VIÁVEIS E DISPONIBILIZÁ-LOS A INVESTIDORES, QUE PODEM GARANTIR VIDA LONGA A ESSAS EMPRESAS**

*Antonio Abelém,  
do PCT Guamá*

Mineral e Tecnologia Ambiental. Atualmente, o Parque reúne 16 laboratórios, entre os já instalados e aqueles em fase de implantação. As equipes desses ambientes de pesquisa e desenvolvimento atuam em instituições respeitadas, como a UFPA, UFRA e Embrapa Amazônia Oriental. “A presença dos laboratórios no PCT Guamá serve para apoiar a transferência de tecnologia e a aplicação no mercado. Portanto, temos interesse em atrair empresas que demandem os serviços desses espaços”, avisa Antônio Abelém, diretor-presidente do PCT Guamá.

O PCT Guamá já hospeda grandes empreendimentos, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia (Ceamazon), além do Instituto Tecnológico Vale de Desenvolvimento Sustentável (ITV Desenvolvimento Sustentável), ainda em fase de instalação. As possibilidades de sinergia com esses empreendimentos são um diferencial competitivo para as empresas nascentes que se instalarem no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá. “A proposta é criar um ecossistema de inovação, do qual as start ups possam se beneficiar e fortalecer seus negócios”, observa Abelém.

Também estão previstas para os próximos anos as implantações do Parque de Ciência e Tecnologia do Tapajós, em Santarém (PA), que terá como foco inicial o uso sustentável da biodiversidade, por meio da agregação de valor aos produtos regionais; e do PCT Tocantins, em Marabá (PA), que terá, como áreas prioritárias, a tecnologia mineral e novos materiais, pesquisa agropecuária e tecnologia florestal.

## CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PARA START UPS

Para que as start ups garantam sua sobrevivência nos primeiros – e mais difíceis – anos de mercado, Abelém lembra que é fundamental, para os empreendedores, buscar o aprimoramento em gestão. Foi para suprir essa necessidade que o PCT Guamá promoveu, em novembro de 2011, o aprimoramento de consultores empresariais em evento que contou com a participação do Instituto Endeavor, referência mundial em educação empreendedora.

A ideia é que esses empresários, já capacitados, possam disseminar a gestão de empreendedorismo inovador a partir de 2012. “Temos capital intelectual para desenvolver grandes ideias, mas é preciso dominar o processo de gestão para gerar modelos de negócios viáveis e disponibilizá-los a investidores, que podem garantir vida longa a essas empresas”, argumenta o diretor-presidente do PCT Guamá.

Editais de fomento apoiam desenvolvimento de start ups

Dados da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) mostram que a demanda por recursos para a inovação passou de R\$ 300 milhões em 2003 para R\$ 4 bilhões em 2010, o que representa alta de 1.233%. Somente nos oito primeiros meses de 2011, o volume alcançou a marca de

R\$ 5 bilhões, crescimento de 1.566% em relação ao valor desembolsado há oito anos. Esse aumento na procura de créditos para a inovação pelo setor privado não tem sido acompanhado pelos pequenos e médios empreendimentos, segundo a Finep.

O Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime) surgiu, em 2009, para viabilizar o crescimento de empresas em início de desenvolvimento. A iniciativa visa a incentivar a inovação em empreendimentos de pequeno e médio porte e figura na agenda da Finep, empresa ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Estima-se que o investimento do Prime alcance aproximadamente R\$ 270 milhões, e as áreas priorizadas serão Tecnologia da Informação (TI), Energia, Saúde, Biotecnologia, Desenvolvimento Social e Defesa, entre outras. A seleção dos projetos será via chamada pública, que contemplará uma empresa por unidade da federação.

A Finep dispõe, ainda, do edital Subvenção Econômica à Inovação, que tem como objetivo apoiar, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (recursos não-reembolsáveis), o desenvolvimento de empresas brasileiras de produtos, processos e serviços inovadores, visando ao desenvolvimento das áreas consideradas estraté-

gicas nas políticas públicas federais.

Outra iniciativa de fomento financeiro é o Criatec, iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mantido por um consórcio de prestadores de serviços formado por Antera Gestão de Recursos S.A. e Grupo Instituto Inovação S.A.

O Criatec constitui-se em um Fundo de Investimentos de capital semente, destinado à aplicação em empresas emergentes inovadoras. Com investimentos de até R\$ 1,5 milhão, o Criatec torna-se sócio dessas empresas, pois faz o aporte de recursos em troca de participação acionária. ❏

## REFERÊNCIA GLOBAL EM ANTIOXIDANTES

Criada por pesquisadores da UFPA em 2002, a *Amazon Dreams* lida com tecnologia de química fina de produtos naturais, capaz de purificar, fragmentar e padronizar lotes de compostos ricos em antioxidantes, extraídos de frutas e folhas da Floresta Amazônica, permitindo sua aplicação nas áreas farmacêutica, de alimentos funcionais e de cosméticos.

É referência global na atividade, com certificações orgânicas de segurança alimentar e forte controle de qualidade. Já recebeu várias premiações no setor de inovação e comemora avanços também nos rendimentos do negócio. “Esperamos atingir R\$ 1,5 milhão até o final de 2012”, informa Igor Pinto, diretor executivo da empresa.

O empresário ressalta a importância da parceria com o PIEBT-UFPA, onde a empresa funciona, para o crescimento do negócio. “O PIEBT-UFPA é co-autor no desenvolvimento de nossas patentes e oferece toda a estrutura de incubação, via Agência de Inovação, o que nos traz um carimbo de marca de inovação ainda mais forte”, assinala Igor.

A *Amazon Dreams* é a primeira empresa da Região Norte a ser contemplada pelo Criatec, Fundo de Investimentos de capital semente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). “O Criatec tem sido um sócio



➤ *Amazon Dreams*, incubada no PIEBT-UFPA

importante no desenvolvimento da *Amazon Dreams*, aportando recursos financeiros e de gestão ao nosso projeto”, declara Igor Pinto.

Em 2011, arrematou o terceiro lugar na edição regional do 14º Prêmio Finep de Inovação, o maior do gênero no Brasil. Figurou entre os cinco casos de sucesso de inovação em biotecnologia apresentados na Convenção Internacional BIO 2011, realizada em Washington (EUA). Eleita segunda melhor empresa incubada no Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador 2011 e, em 2010, foi contemplada com o Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente na categoria Empresas para a Amazônia.



◉ Humberto Leão e Thiêgo Nunes, que dirigem a Neoradix

## TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO APLICADA ÀS PARTICULARIDADES REGIONAIS

Criada em janeiro de 2010 por Humberto Leão e Thiêgo Nunes, mestrandos em Engenharia Elétrica, a Neoradix atua em três segmentos: automação residencial, automação industrial - mais especificamente para agroindústria - e monitoramento ambiental inteligente. Tem como enfoque principal o desenvolvimento de serviços e tecnologias, aplicadas principalmente às particularidades biológicas e sociais da Amazônia, com o objetivo de desenvolver soluções de alto valor agregado na região.

Assim como a Amazon Dreams, a Neoradix está instalada no PIEBT-UFPA, que, além de disponibilizar o espaço a custo baixo de mercado, apoia a gestão empresarial do negócio. “O PIEBT tem papel fundamental para o desenvolvimento das empresas, ajudando na gestão, contabilidade e planejamento estratégico, apoiando, inclusive, a participação da empresa em eventos importantes para o negócio, como já ocorreu várias vezes com a Neoradix”, destaca Humberto Leão.

Estar conectada com as iniciativas de fomento e com o movimento da inovação pelo Brasil é prioridade para a Neoradix, que, em 2010, foi finalista no Desafio Brasil, competição nacional de start-ups de base tecnológica, que garante acesso às agências de fomento e investidores. “Apesar de o Desafio Brasil não ser um financiamento, é uma iniciativa que contribui bastante para o conhe-

cimento de mercado, além de representar um grande networking com empresas do Brasil inteiro”, comenta.

### VISIBILIDADE

Também em 2010, a empresa foi premiada na categoria Empresas para a Amazônia, junto com a Amazon Dreams, do Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. Já em 2011, apresentou proposta para uma comissão de investidores de risco de todo o país dentro do Fórum de Investidores, realizado na Feira Internacional da Amazônia, promovida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) na capital do estado do Amazonas. Atualmente, a Neoradix está em busca de recursos financeiros que permitam a conversão das tecnologias que desenvolve em mecanismos de entrada no mercado.

Segundo Humberto Leão, os avanços da Neoradix se devem à seriedade com que o negócio é gerido, às habilidades técnicas da equipe, que é bastante envolvida com a empresa, ao compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e ao constante processo de inovação. “O próximo passo da Neoradix é entrar no mercado com algumas parcerias estratégicas, que já foram estudadas, para difundir rapidamente os produtos da empresa. Esperamos expandir para outras regiões brasileiras e até mesmo para alguns países vizinhos”, completa. ◀



ENQUANTO VOCE  
PROCURA POR UMA  
OPORTUNIDADE,  
O MERCADO  
PROCURA PROFISSIONAIS  
QUALIFICADOS

Ao longo dos seus 58 anos, o SENAI tem fortalecido sua marca pela reconhecida competência na formação profissional, produzindo e disseminando conhecimento científico e tecnológico aplicado ao setor produtivo, oferecendo significativa contribuição às indústrias para acelerar sua modernização e expansão. São mais de 200 cursos profissionalizantes ofertados em 15 unidades espalhadas no Pará.

Conquiste seu espaço no mercado de trabalho.  
Faça um curso profissionalizante no SENAI.

Acompanhe o SENAI nas redes sociais

 acesse: [www.senaipa.org.br](http://www.senaipa.org.br)

 siga: @SistemaFiepa

 curta: SENAI Pará

Informações:  
(91) 4009-4761  
[senai@senaipa.org.br](mailto:senai@senaipa.org.br)





# Novos mercados para a carne do Pará

**RÚSSIA, ISRAEL E EMIRADOS ÁRABES SÃO ALGUNS DOS PAÍSES CONSUMIDORES DA CARNE BOVINA PARAENSE**

**C**resce cada vez mais a quantidade de países que têm o Pará como principal fornecedor de carne bovina. As exportações do setor estão em alta e o alvo principal são os países dos Emirados Árabes Unidos. Segundo o Centro Internacional de Negócios (CIN), o Pará registrou aumento de aproximadamente 30% nas exportações de carne bovina entre janeiro e outubro de 2011. Mas a quais critérios o Pará deve atender para satisfazer as exigências dos países exportadores? Como conquistar novos mercados?

Francisco Victer, presidente da União Nacional da Indústria e Empresas da Carne (Uniec), informa que os mercados se expandiram para a carne bovina paraense desde a conquista da certificação sanitária internacional,

que reconheceu as regiões sul e sudeste do Pará como áreas livres da febre aftosa em 2006 e 2007. Foi quando o estado passou a exportar para diversos países que, até então, não compravam a carne paraense. No entanto, Victer afirma que, entre a concessão da certificação e a efetiva exportação, foi necessário um grande trabalho de adequação das indústrias às exigências do Ministério da Agricultura e também de negociação com compradores internacionais de carne.

Ele conta que, após habilitar as plantas frigoríficas, o Pará se tornou fornecedor oficial de países como a Rússia, Israel, Egito, Hong Kong, Venezuela, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Ucrânia, Irã, dentre outros. “Todos

esses mercados já eram grandes e tradicionais compradores da carne bovina brasileira, mas foi a partir do esforço conjunto empreendido por produtores, indústrias e governos para assegurar a qualidade da nossa carne, especialmente no quesito higiênico-sanitário, que conseguimos conquistar novos mercados”, ressalta.

Para o vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Carne do Pará (Sindicarne), Afonso Malcher, além das ações do governo para sanear as áreas de aftosa, o aumento nas exportações da carne é consequência do maior rigor das empresas para produzirem uma carne de qualidade, com competitividade mundial. “Temos um volume de produção bastante expressivo que, há algum tempo,

vem ganhando competitividade no mercado por conta das ações do governo e das empresas locais. O governo, por um lado, vem saneando as áreas de aftosa, e as empresas dando maior qualidade ao produto final. No futuro, as exportações de boi em pé serão bastante inexpressivas. Toda a nossa produção sairá do estado de maneira beneficiada, gerando mais emprego e renda para o Pará”, comentou.

Gerente do CIN, Raul Tavares conta que, em 2011, o volume de exportação de carne bovina para o Cazaquistão registrou aumento aproximado de 420% se comparado a 2010. “De janeiro a setembro de 2011, o aumento na exportação de carne para os Emirados Árabes foi de mais de três mil por cento”, completa.

Para Carlos Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), o agronegócio paraense apresenta uma grande vantagem quando comparado ao de outros estados, a começar pela questão da luminosidade permanente. “Além de muita luz, temos um potencial hídrico imenso, pois o Pará detém 3,2% da água doce do mundo, commodity que será a mais valorizada neste século”.

Outra vantagem, segundo o

presidente da Faepa, seria o clima estável, de 24 graus, que possibilita o trabalho de janeiro a janeiro. “Com todas essas características, é possível implantar qualquer projeto, pois as vantagens acabam se transformando em competitividade. E com a pecuária não é diferente”, avalia Xavier.

Segundo ele, a Faepa está trabalhando na possibilidade de indicação geográfica da pecuária bovina, mostrando que o boi produzido na Amazônia e no Pará é um boi verde, orgânico, de capim. “Isso nos possibilitará um nicho de mercado, com uma carne especial, pois não existe entressafra, ou, quando existe, é um espaço muito pequeno, onde o animal sai para o abate com muita precocidade em relação às demais regiões de pecuária do Brasil”. Para Xavier, tudo isso faz com que o Pará tenha uma carne muito mais tenra, de superior qualidade. “Arrisco dizer que o boi produzido no Pará é a melhor carne produzida no planeta. Logo, as vantagens permitem que o estado possa competir com qualquer região do mundo”, argumenta.

Embora o produto seja de qualidade e o mercado seja promissor, existem algumas metas a serem cumpridas, uma vez que o Pará ainda enfrenta entraves quando o assunto é exportação de carne. Aumentar o volume das exportações e diversificar ainda mais os países compradores está na pauta do dia. “Precisamos exportar mais e para outros países, que paguem melhor. Infelizmente, o fato de o Brasil ainda não ser totalmente livre de febre aftosa impede que alcancemos os melhores mercados, tais como Europa, Estados Unidos e Japão. É claro que qualquer episódio de doença, que ocorra no Brasil ou num país vizinho, como é o caso recente de febre aftosa no Paraguai, prejudica a imagem da carne brasileira e gera restrições ao pleno

comércio”, explica Victer, da Uniec.

Argentina, Paraguai e Uruguai, parceiros do Brasil no Mercosul, também são grandes – e bons – exportadores da carne bovina paraense, mas ainda há muito o que conquistar. “Para a Venezuela, que entrou recentemente no bloco, já temos um bom fluxo. Restam os demais países da América do Sul, sobretudo o Chile, que retomou a compra de carne brasileira, mas com o qual o Pará ainda não conseguiu nenhuma transação por conta de fatores sanitários”, lembra Victer. ◀



Foto: Divulgação Faepa

**ARRISCO DIZER QUE O BOI PRODUZIDO NO PARÁ É A MELHOR CARNE PRODUZIDA NO PLANETA. LOGO, AS VANTAGENS PERMITEM QUE O ESTADO POSSA COMPETIR COM QUALQUER REGIÃO DO MUNDO**

*Carlos Xavier  
Faepa*



Foto: Tarso Sarraf

## SUSTENTABILIDADE E OUTRAS METAS

Outros fatores devem ser considerados no processo de expansão de mercado para as exportações paraenses, a exemplo da sustentabilidade. De acordo com Victer, é necessário que a pecuária da Amazônia perca a imagem de vilã quando o assunto é destruição da biodiversidade. “Temos experimentado um momento bastante interessante. Na medida em que as instituições públicas começam a cumprir com suas atribuições e os serviços são prestados minimamente, o setor produtivo tem respondido com uma mudança radical de atitude, ao ponto de termos municípios onde o desmatamento, hoje, é próximo de zero. Por parte da indústria, é muito bom poder

vender uma carne que, de vilã, passa a ser um fator de preservação da Amazônia”, destaca.

O presidente da Uniec admite, no entanto, que ainda persistem opiniões, produzidas na região amazônica e a partir dela divulgadas, de que a pecuária é causadora do desmatamento. Ele destaca a necessidade de desmistificar essa ideia. “O que tem causado a destruição da Amazônia é sua ocupação totalmente desordenada”, sugere, mencionando os grandes projetos minerais, de geração de energia e de infraestrutura, que atraíram muita gente para a região sem garantir, no entanto, emprego e renda. “Então, a alternativa foi saquear os recursos naturais existentes e a pecuária passou a ser uma das poucas alternativas de geração de renda a sobreviver nessa situação. A pecuária, a pobreza e as desigualdades sociais são consequências desse processo, que precisa

ser corrigido”, relembra.

Na opinião de Victer, a competitividade é outro fator importante para a exportação da carne bovina brasileira. “Estou falando da redução dos custos e do aumento da produção, da produtividade e da melhoria da qualidade sanitária e socioambiental do nosso produto”.

Com uma meta de crescimento de 50% para o rebanho bovino nos próximos 10 anos, sem a incorporação de novas áreas, apenas aproveitando as já alteradas, ele ressalta, ainda, outros pontos a vencer. “Temos também que nos aprimorar na gestão, no uso de novas tecnologias e investir maciçamente em boas práticas de produção e fabricação, a fim de obtermos uma carne mais barata e com excelente padrão de qualidade para os consumidores paraenses, brasileiros e de todo o mundo”. ❏

## PRESERVAR, UM PROJETO EM EXPANSÃO

Bom exemplo de materialização do conceito de sustentabilidade pode ser o Projeto Preservar, do Instituto Alerta Pará. Visando à revitalização de áreas desmatadas, que sejam consideradas improdutivas, por meio da agregação de tecnologias, o Preservar surgiu em 2008 para fortalecer o agronegócio paraense, sempre com o compromisso de manter o desmatamento zero.

Várias regiões do estado já fazem uso das tecnologias desenvolvidas no âmbito do Preservar, informa Carlos Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa). “Na pecuária, posso afirmar que o rotacionado, tecnologia desenvolvida e já legitimada pela Embrapa, está em desenvolvimento em grande parte das propriedades do Pará, principalmente naquelas de grandes empresas”, afirma, complementando que o Preservar já está em andamento, sobretudo nas regiões nordeste, sul e sudeste do estado.

Xavier relata que o projeto já vem sendo desenvolvido em áreas de silvicultura, atividade que já apresenta quase 300 mil hectares de reflorestamento, e também da agricultura, onde já há um avanço considerável na cultura do dendê e na área de plantação de mandioca. “O objetivo é atingir 249 mil hectares até 2013”, ressalta, reiterando que a fruticultura

também consta do mapa de expansão do Preservar.

Para o presidente da Faepa, o projeto tem uma responsabilidade ecológica muito forte, estabelecendo a redução dos gases do efeito estufa e a prática da economia de baixo carbono, também possibilitadas pela agregação de tecnologia. “Como a tecnologia, no caso da pecuária, foi desenvolvida e validada pela Embrapa, já existe a expansão em diversas áreas. Posso mencionar a agropecuária Santa Bárbara, que, ao fazer a implantação dessa tecnologia, investe na cultura do milho, no cultivo de grãos, num primeiro momento, quando é preciso jogar fertilizante na área”.

Ele explica que o resultado esperado para 2011 são 10 mil hectares de cultivo milho, que representa a primeira fase de implantação do projeto. Para 2012, há previsão de 40 mil hectares, aumentando, em 2013, para 100 mil hectares de milho. “A ideia é fazer o cultivo do milho sempre no primeiro ano, para diminuir o custo de implantação, pois é necessário fazer a mecanização, utilizar muito fertilizante e corrigir o solo. Fazendo a cultura do milho, reduz-se o custo e, no ano seguinte, complementa-se com pastagem. Isso é apenas uma demonstração do nível em que já se encontra o projeto”, reitera Xavier.

# Projeto de taxaçoão é aprovado

**PARA ALGUNS PARLAMENTARES, MEDIDA É ALTERNATIVA PARA A LEI KANDIR**

**P**rojeto de Lei, polêmico para as empresas mineradoras, foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará no dia 13 de dezembro de 2011. Trata-se da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TRFM), que contempla, ainda, o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).

Após ser sancionado pelo governador Simão Jatene, publicado no Diário Oficial e decorridos os 90 dias, o projeto começa a valer de fato, impondo às empresas mineradoras o pagamento de taxa em torno de 6 reais por tonelada de minério, mesmo na fase de pesquisa.

Tanto parlamentares de situação como

de oposição ao Governo do Estado, autor do Projeto de Lei, elogiaram a propositura. Para alguns parlamentares, a taxaçoão talvez seja uma forma de o Governo buscar compensação pelas perdas com a Lei Kandir.

Quatro emendas foram apresentadas no processo de análise e votação do projeto. Duas delas se destacam. A primeira, de caráter modificativo do artigo 4º do PL, isenta também de pagamento de TRFM as pequenas empresas estabelecidas no Pará, e não somente as microempresas e os microempresários individuais, como dizia o texto original. Para o deputado Eliel Faustino (PR), autor da emenda, as pequenas empresas, assim como as microempresas e os microempresários, devem ser poupadas, pois não teriam faturamento igual ao de uma grande mineradora.

Outra emenda, também modificativa do artigo 6º do PL, no parágrafo 3º, quanto à sua redação, descentraliza

o poder de redução do valor da TRFM, que seria prerrogativa exclusiva do Executivo Estadual. O autor da emenda, deputado Raimundo Santos (PR), julga que não se pode “dar um cheque em branco” para o Governo do Estado. Foi sugerida uma redação alternativa, em que prováveis situações de isenção, principalmente em casos de exoneração de minérios, passem pelo Legislativo para aprovação.

O deputado Gabriel Guerreiro (PV) assinala outra questão que deve ser analisada: o repasse da arrecadação da taxa para os municípios que sentem mais diretamente os reflexos negativos da exploração mineral. Ele acredita que o projeto deve ser muito bem estudado para gerar recursos para a pesquisa mineral. “O Pará precisa fortalecer o setor mineral com investimentos em pesquisas, em áreas como a geofísica e a geoquímica, por exemplo, já que esse setor é fundamental para o Estado”, destacou. ◀

# DIREITOS E DEVERES

## AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO

Já está em vigor a lei que estabelece o aviso prévio proporcional ao período trabalhado, cujo objetivo é reduzir os excessos de demissões sem justa causa no país. Variando entre 30 e 90 dias, o novo aviso prévio traz vantagens e desvantagens e tem gerado muita dúvida.

Contendo apenas dois artigos, a Lei 12.506, publicada em outubro de 2011, visa a regular questão que, há muito tempo, é debatida no âmbito do poder judiciário: a fixação do aviso prévio de acordo com o tempo de serviço do empregado, conforme previsto na Constituição Federal (art. 7º, XXI).

Porém, em vez de colocar fim à discussão sobre o aviso prévio, a lei gerou mais dúvidas, além de suscitar interpretações diversas a respeito das situações que o legislador deveria ter considerado no momento de elaborar a norma. O advogado Ricardo Mello, do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff, ressalta que “a nova legislação não estabelece as regras temporais de aplicação da lei, em especial no que diz respeito às rescisões de contratos cujo aviso prévio já se encontrava em curso quando da publicação da nova legislação”.

Segundo ele, questionamentos sobre o tema têm se proliferado no meio jurídico. “O texto legal não deixa claro, por exemplo, se a regra pode ser exigida pelos empregados que pedem demissão”, comenta, destacando que o alcance da aplicação do novo aviso prévio em relação aos empregados

domésticos ainda é desconhecido, apesar de eles também usufruírem da novidade.

Outro ponto bastante controverso, segundo o advogado, diz respeito à consideração da fração de tempo superior a um ano de serviço na contagem do novo aviso prévio. Isso porque, de acordo com Eduardo Britto, também advogado do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff, a lei dispõe que o acréscimo de dias deve considerar apenas cada ano completo de serviço prestado na mesma empresa, após o primeiro ano trabalhado. “Não há, pois, previsão expressa de que a fração de tempo menor que um ano deva ser considerada como um ano completo para fins de gozo e/ou pagamento de aviso prévio”, diz.

Dessa forma, avisa Eduardo Britto, “qualquer fração de tempo inferior a um ano não pode ser considerada para fins de cálculo e duração do aviso”. O advogado reitera que, se a lei não trata de proporcionalidade, qualquer interpretação diversa pode ser contestada.

Eduardo lembra, porém, que já existem entendimentos alternativos acerca da Lei 12.506/11, a exemplo da interpretação de que, não sendo considerada a proporcionalidade anual, que seja aplicada, então, a proporcionalidade mensal, que considera cada fração de tempo superior a 15 dias como mês completo, de maneira seme-

Ilustração: Márcio Euclides



## **PARA RICARDO MELLO E EDUARDO BRITTO, A REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI É ALGO QUE SE IMPÕE, DE FÓRMA QUE NÃO SE TRANSFIRA, PARA O JUDICIÁRIO, A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO A CADA CASO CONCRÉTO**

lhante ao cálculo de indenização de férias e do 13º salário. Outros, diz o advogado, consideram ano completo o período superior a seis meses. Ele destaca que, por serem posicionamentos questionáveis, deles não compartilha.

Ricardo Mello explica que a nova norma não atinge os processos de rescisões de contrato de trabalho já encerrados. “As rescisões perfeitas e acabadas não são alcançadas pela nova regra, tendo em vista que a lei não retroage no tempo para modificar o ato jurídico perfeito”, explica o advogado.

Ricardo ressalta que as demissões, com aviso prévio trabalhado ou indenizado, cujos efeitos ultrapassaram a data de 13 de outubro de 2011 são, por sua vez, afetadas pela nova lei do aviso prévio. “Isso porque as rescisões só alcançaram *status* de ato jurídico perfeito após o início da vigência da Lei”, completa. O mesmo princípio aplica-se também aos empregados que pedem demissão ou cumprem o novo período trabalhando. Caso não haja dispensa pelo empregador dessa obrigação, deve indenizar os dias respectivos, abatendo-se a quantia dos valores que lhe forem porventura devidos a título de verbas rescisórias.

Além da indenização do aviso prévio proporcional, de acordo com o tempo de serviço, o período de tempo tem que ser considerado para todos os efeitos legais e isso inclui a incidência para cálculo de 13º salário e férias indenizadas em rescisão, além da projeção futura para fins de pagamento da indenização adicional prevista no art. 9º das Leis 6.708/79 e 7.238/84.

Do mesmo modo, se a dispensa for imotivada, com o período do aviso cumprido, a redução das duas horas diárias se estende tanto quanto forem esses dias; no caso de o empregado optar pela redução de dias trabalhados, ao invés de horas, basta que se faça a proporção (regra de três) para se obter a quantidade de dias reduzidos.

Assim como os empregados domésticos, os trabalhadores rurais também são abrangidos pela nova legislação, tendo em vista que a Constituição Federal é posterior à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o dispositivo constitucional que garante o aviso para os empregados domésticos e rurais é o mesmo que garante o direito ao empregado urbano.

Ricardo Mello e Eduardo Britto acreditam que o prejuízo para empregadores e empregados será enorme, pois anos se passarão com entendimentos discrepantes proferidos pelos diversos tribunais do país: uns tendendo ao empregador, outros ao empregado. ↩

## **O NOVO AVISO PRÉVIO**

**1** Dispõe que o aviso prévio deve ser de 30 dias para os empregados que contabilizam até um ano de serviço na empresa. Estabelece também que cada ano de serviço na mesma empresa deve acrescentar mais três dias ao direito, totalizando até 90 dias;

**2** Prevê aviso prévio mínimo de 30 dias, mesmo para aqueles que não chegarem a contabilizar um ano de serviço na empresa, e não poderia ser diferente: esse é o período mínimo previsto na Constituição;

**3** O período máximo de trabalho que o aviso prévio contabiliza é 21 anos, resultando no máximo de 90 dias previsto na nova lei;

**4** A partir do segundo ano na mesma empresa, não se consideram mais as frações de tempo de serviço inferiores a 12 meses, devendo tanto o pagamento quanto o período do aviso prévio observarem apenas a quantidade de anos completos de trabalho.

# Pronatec expande educação profissional

**O BRASIL DEU UM IMPORTANTE PASSO PARA PROMOVER A INSERÇÃO DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO E TRABALHADORES NO MERCADO PROFISSIONAL**

Com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), do Governo Federal, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, na forma de Lei nº 78/2011, oito milhões de vagas serão oferecidas até 2014 para a formação de estudantes do ensino médio e trabalhadores que necessitam de qualificação. A medida visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e também de cursos de formação inicial e continuada para os trabalhadores, intensificando a expansão da educação profissional em todo o Brasil.

O conjunto de ações do Pronatec inclui vagas em escolas técnicas profissionais estaduais e

federais, cursos no “Sistema S” (Sesi, Senai, Sesc e Senac) e vagas no ensino à distância por meio do “E-Tec”, além da ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que passa a se chamar Fundo de Financiamento Estudantil, com a mesma sigla. Assim, o fundo poderá prover mais duas linhas de crédito, sendo uma para estudantes egressos do ensino médio e outra para empresas que desejem complementar a formação dos seus trabalhadores com cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio, do “Sistema S” e de escolas privadas habilitadas pelo MEC.

O Programa visa também a ampliação de vagas e expansão

das redes estaduais de educação profissional. Ou seja, a oferta simultânea de ensino médio e educação profissional pelos estados. A ação será abarcada pelo programa Brasil Profissionalizado, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que teve a adesão das 27 unidades da federação. Os recursos serão repassados para construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores.

Neste primeiro momento, foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária de 160 a 300 horas, para alunos do ensino médio da rede pública de educação. Em 2012, a oferta de cursos



Fotos: Divulgação Senai



📍 **Ações do Pronatec incluem vagas em escolas técnicas estaduais e federais, a exemplo do Senai**

profissionalizantes será ampliada, com a disponibilização de cursos de nível técnico, com carga horária mínima de 800 horas e estágio com duração equivalente a 20% da quantidade de horas do curso. Além dos estudantes do ensino médio de escolas públicas, farão parte também dos públicos prioritários do Pronatec os trabalhadores reincidentes do seguro desemprego, recrutas do Projeto “Soldado Cidadão” e o público beneficiado pelos programas de inclusão produtiva, como o “Bolsa Família”.

Um dos principais parceiros do Programa é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que, há 69 anos, vem capacitando brasileiros em todos os cantos do país para atuar na indústria. Agora, com o lançamento do Pronatec, vai dobrar o número de matrículas na educação pro-

fissional, passando a 4 milhões de novas matrículas por ano até 2014. O Senai nacional foi responsável por 80 mil das mais de 200 mil matrículas programadas para 2011.

No Pará, o Senai expandiu em 2,5 mil o número de vagas em cursos de educação profissional para o público do Pronatec, além das 41 mil vagas já previstas para fechar o ano. As aulas para os estudantes inscritos no Programa têm previsão para iniciar no dia 9 de janeiro. São cursos de Eletricista Industrial, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Operador de Computador, Almoxarife, Garçom, Mecânica e Manutenção de Motocicletas, Mecânica e Manutenção em Motores Diesel, Montagem e Manutenção de Computadores, Agente de Inspeção de Qualidade, Armador de Ferragem, entre outros.

A diretora de Educação e Tecnologia do Senai/PA, Lúcia Peres, garante que os cursos oferecidos dentro do Pronatec terão a mesma qualidade de qualquer outro curso do Senai. “Os nossos cursos têm a vantagem de estarem alinhados com as necessidades do mercado, independentemente da região ou programa”, afirmou. Lúcia também destacou a contribuição que os cursos representam para a formação desses jovens. “Contribuiremos de forma positiva para a vida desses alunos e, conseqüentemente, teremos uma melhor qualidade de vida em nosso estado, tanto para a indústria quanto para os seus trabalhadores”, concluiu.

Entre os beneficiados, está Maria de Fátima Rocha, 19 anos, inscrita no curso de Operador de Computador do Senai. Maria faz o segundo ano do ensino médio na rede pública do estado. Saiu de ➡

Cametá, nordeste paraense, para trabalhar como babá e estudar na capital, acreditando na maior qualidade do ensino. “Fiquei muito feliz de poder me inscrever em um curso profissional gratuito, pois, sem essa oportunidade, eu não teria condições de pagar para me qualificar e perderia a chance de crescer na vida, que é o que eu mais quero”, explica.

E não foi só na capital que o Senai ofertou cursos de qualificação profissional. Altamira, Barcarena, Bragança, Cametá, Canaã dos Carajás, Castanhal, Juruti, Marabá, Parauapebas, Paragominas, Santarém e São Miguel do Guamá são municípios que também possuem vagas do Pronatec ofertadas. Foi graças à interiorização que Flávio Costa, 17 anos,

aluno do 3º ano da rede pública de ensino da cidade de Altamira, realizou a inscrição no curso de Mecânica de Motos do Senai. Ele diz que as vagas do Pronatec ajudarão os alunos prejudicados pela greve nas escolas da rede pública. “Com a greve dos professores, ficou muito difícil conseguir passar no vestibular, e eu praticamente desisti. Mas agora, com os cursos gratuitos oferecidos pelo Senai, vou poder me qualificar e conseguir um trabalho digno mais rápido”, comemora.

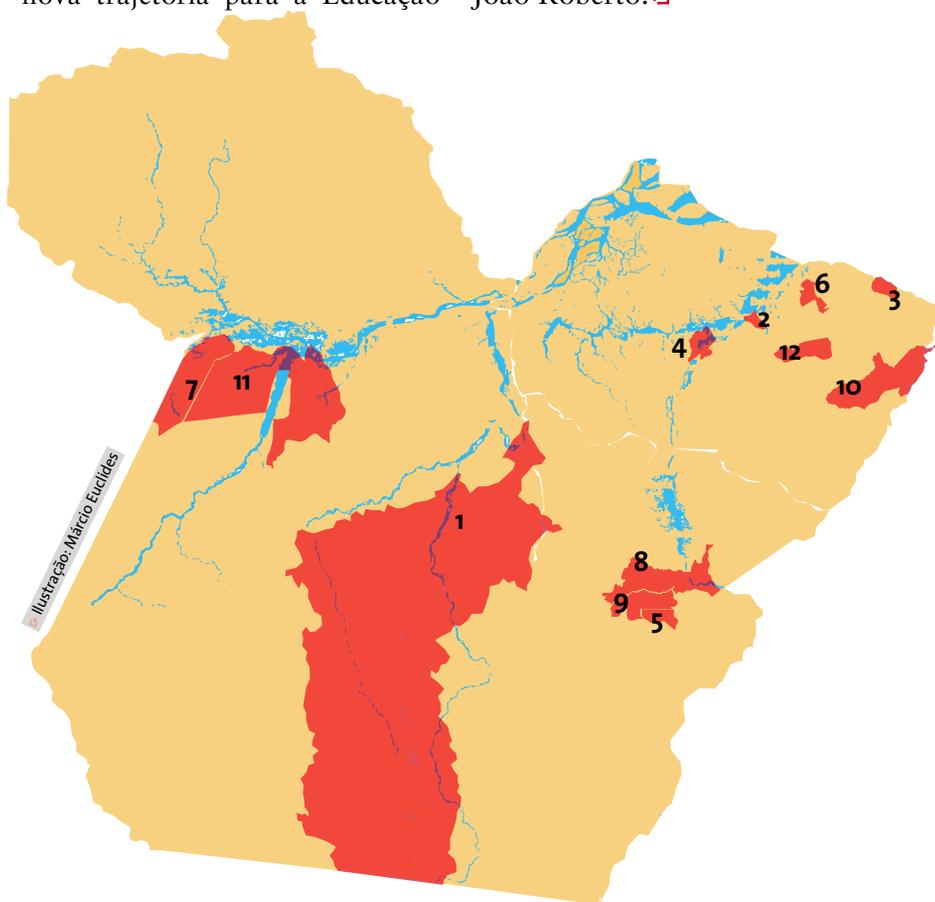
Para o diretor de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), João Roberto Silva, o Pronatec vai conciliar a formação escolar com a formação profissional, o que deve representar uma nova trajetória para a Educação

Pública de nível médio. “O aluno do ensino médio vai ter a oportunidade de aprender um curso técnico ou profissional. O jovem que está no ensino médio precisa de uma preparação para entrar no mercado de trabalho”, ressaltou o diretor, que também elogiou a parceria com o Senai.

“A nossa parceria com o Senai permitirá que o Estado se fortaleça e caminhe para o desenvolvimento, pois, quando a parceria é forte, ela promove o desenvolvimento tanto para os nossos jovens paraenses como para o Estado, e o Senai é referência na qualidade de ensino profissionalizante. Queremos aproximar essa qualidade do ensino que a nossa rede possa oferecer”, concluiu João Roberto. 

### MUNICÍPIOS PARAENSES ONDE O PRONATEC ESTÁ PRESENTE, POR MEIO DO SENAI:

- 1 Altamira
- 2 Barcarena
- 3 Bragança
- 4 Cametá
- 5 Canaã dos Carajás
- 6 Castanhal
- 7 Juruti
- 8 Marabá
- 9 Parauapebas
- 10 Paragominas
- 11 Santarém
- 12 São Miguel do Guamá





## A AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

**JARBAS PORTO**

CONSULTOR LEGISLATIVO DA FIEPA

Grande gerador de emprego e renda em qualquer sociedade, o setor produtivo deve buscar sempre o aperfeiçoamento para que seus investimentos possam produzir, além dos frutos já esperados, riquezas para a sociedade e para o Estado.

Para que se tenha a segurança jurídica necessária tanto aos novos investimentos quanto àqueles já realizados ou em fase de implantação, deve ser observada a garantia mínima para que a atividade produtiva possa ser exercida dentro de regras claras e definidas: é aí que surge a importância do Estado. Mais que uma atuação mediadora entre a cooperação, que une os interesses, e a competição, que os divide, é necessário que o Estado estabeleça uma ação coordenadora, de forma a definir parâmetros e impor limites, ditando as regras que busquem o bem da sociedade. Também cabe ao Estado a definição de normas que garantam ações de infraestrutura necessária e regulem as políticas de desenvolvimento socioeconômico. Estamos diante do poder normativo do Estado, que atua sobre todos e cada um.

Vivemos em uma Democracia Representativa, na qual elegemos as pessoas que deverão representar os interesses dos mais variados setores sociais. A sociedade evolui, os valores se modificam e, com eles, pode – e deve – evoluir o Direito. As leis, cuja elaboração cabe ao Poder Legislativo, são editadas para atender sempre às mudanças. É nesse momento que são analisados o objeto da norma, a intenção do legislador e o impacto sobre a sociedade. São variáveis importantes, que todos os atores da sociedade devem acompanhar, manifestar-se e interagir. De forma contrária, corremos o risco de que sejam produzidas mais leis sem eficácia, fortemente dissociadas das sociedades para as quais foram dirigidas.

Grande financiador do

Estado, o setor produtivo também sofre os efeitos do poder normativo dele, cuja atuação pode causar impactos positivos ou negativos às atividades de produção. Em função disso, foi se intensificando a ideia de que tal setor deveria sair de uma postura tradicionalmente estática, esperando a lei ser introduzida no ordenamento jurídico para, somente então, perceber qual efeito essa norma poderia causar.

Foi então que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) iniciou um movimento de aproximação do setor industrial com o Poder Legislativo, visando a monitorar as matérias em tramitação nas duas Casas que compõem o Congresso Nacional. A fim de orientar todo esse trabalho e formalizar o pensamento do setor, a CNI instituiu a Agenda Legislativa da Indústria, que já vai para a 17ª edição. Trata-se de um instrumento fundamental no relacionamento do setor industrial com o Poder Legislativo e a sociedade, onde são listadas proposições em tramitação no Congresso Nacional, com análise profunda da repercussão que cada norma poderá produzir em relação ao setor. O objetivo é garantir um ambiente regulatório favorável à atividade produtiva.

A construção da Agenda Legislativa da Indústria acontece a partir de fevereiro, quando se realiza o seminário Redindústria, com a participação de representantes das Federações das Indústrias de todos os Estados e Associações Setoriais, sob a coordenação do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI. A Fiepa vem participando de todas as edições da elaboração da Agenda Legislativa da Indústria, levando àquele fórum de debates os pleitos de todos os sindicatos que integram a nossa Federação, para que sejam garantidas as prioridades de acompanhamento das proposições que interessam à indústria local. Além disso, a Fiepa também atua junto à bancada paraense, para interagir com nossos parlamentares em relação

às matérias relevantes. Essa interação é fundamental quando se pretende construir um país soberano, democrático e justo, onde as forças de produção possam contar com a segurança necessária para trabalhar em harmonia. Afinal, como afirmou Abraham Lincoln, “Não fortalecerás os fracos, por enfraquecer os fortes. Não ajudarás os assalariados, se arruinares aquele que os paga.” ◀



Ilustração: Wilson Vicente

# Sebrae e Vale querem ampliar rol de fornecedores

A INTENÇÃO É CAPACITAR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PARA ATENDER AO MERCADO MINERADOR NA REGIÃO





Uma boa notícia para os empresários paraenses: o Programa Vale-Sebrae para Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (MPE) Fornecedoras, que tem como objetivo propor soluções para que as MPE paraenses possam se inserir no rol de empresas fornecedoras para o segmento de mineração, está recebendo a adesão de empresas interessadas no Pará.

Fruto de convênio de cooperação técnica assinado entre o Sebrae Nacional, Sebrae no Pará e a Vale, em dezembro de 2010, o programa foi apresentado para cerca de 300 proprietários de MPE nos municípios de Parauapebas, Marabá e Belém. “A intenção é que, com a capacitação, aumente a inserção das MPE na cadeia produtiva da mineração. Para isso, é preciso qualificar as empresas, que atuam nesse segmento, nas localidades onde a Vale está presente”, afirma Suleima Pegado, diretora técnica do Sebrae no Pará.

O programa abrange desde o diagnóstico das demandas da Vale em cada localidade até a implementação de capacitações necessárias para que as MPE possam atender a essas necessidades. Também estão previstas orientações e articulações para possibilitar maior inserção desses negócios no mercado da mineração.

Com a qualificação, as pequenas empresas obterão ferramentas para aumentar tanto as vendas quanto a competitividade. A ação conjunta com o Sebrae é desenvolvida pela Gerência de Gestão de Fornecedores, por meio do Programa Inove, da Vale, que busca o fomento de fornecedores locais.

Após a reunião com os empresários dos municípios de Parauapebas, Marabá e Belém, as empresas que se interessaram assinaram um termo de adesão. Participaram empresas de diversos segmentos, como indústria, serviço, construção, comércio e saúde. Após o diagnóstico, o Sebrae vai propor, dentro de seu leque de soluções, o que as empresas podem fazer para melhorar os negócios e ampliar mercado.

O diagnóstico cria condições para que o empresário pense o negócio, identifique pontos fortes e oportunidades de melhoria na sua gestão. O instrumento aplicado é baseado no Modelo de Excelência em Gestão utilizado no Prêmio de Competitividade MPE Brasil do Sebrae. Vale ressaltar que cada empresa receberá seis horas de consultoria especializada na primeira fase do programa, sem custo.

A partir do diagnóstico, Sebrae e Vale propõem um plano de capacitação sob medida para as empresas. ➔



## ESTRATÉGIA

O programa vem ao encontro de uma das ações estratégicas do Sebrae, que é atender MPE nas áreas onde existem grandes empreendimentos, capacitando-as para que forneçam, às grandes empresas, serviços e produtos de qualidade, contribuindo, também, para o desenvolvimento das áreas no entorno das grandes obras. Com a qualificação, o Sebrae atua na cadeia de suprimentos, da qual os estudiosos de gestão apresentam o princípio de alta dependência, segundo o qual nenhuma operação produtiva existe isoladamente, pois todas as empresas fazem parte de uma rede maior, estão interconectadas.

De acordo com o gerente de Gestão de Fornecedores da Vale, Leonardo Couto, as compras com fornecedores locais da Vale no Pará alcançaram, em 2010, o patamar de R\$ 3 bilhões. As micro e pequenas empresas participaram com 7,6% desse total. “A nossa expectativa é que, com o desenvolvimento do convênio com o Sebrae e o fortalecimento da nossa política de fomento a fornecedores locais, esse percentual possa chegar a mais de 10% até 2013”,

explica. Para se ter uma ideia, somente no primeiro semestre de 2011 houve um aumento de 4,2% no volume de compras da Vale no Pará em relação ao mesmo período do ano passado.

Dados da Receita Federal apontam que existe cerca de 8,2 mil MPE formalizadas nos municípios de Marabá e Parauapebas. Em Belém, são quase 24 mil. O Sebrae conta com a parceria da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), por meio da Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (Redes), que disponibilizou seu cadastro de empresas e, ainda, auxilia na articulação junto às associações comerciais dos municípios onde o programa será implantado.

Aginaldo Ávila de Brito, proprietário de empresa do ramo de construção em Parauapebas, acredita que é importante que os empresários sejam capacitados e preparados para ter as grandes empresas dentre seus clientes. “Essa parceria será muito bem-vinda e nos dará suporte para vendermos não somente para a Vale, mas para qualquer outra grande empresa que necessite dos nossos serviços”, destacou. ☐

PRÊMIO SEBRAE PREFEITO EMPREENDEDOR

O desenvolvimento  
do seu município passa  
pelas suas mãos.

VII edição



Prêmio Sebrae  
**Prefeito  
Empreendedor**

**Inscrições: até 31/01/2012**

[www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br](http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br)

0800 570 0800

*Quem tem conhecimento vai pra frente*



📌 *Serviços oferecidos pelo IEL ajudam a qualificar pessoas e aumentar a competitividade das empresas*

# Consultoria e emprego na pauta do dia

**INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) TEM PAPEL FUNDAMENTAL NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA AS EMPRESAS NO PARÁ**

**M**ais do que um centro de difusão de ideias e de aproximação do setor produtivo com as instituições de ensino e pesquisa, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) tem contribuído significativamente para o desenvolvimento e gestão de empresas no Pará. Exemplo disso são as ações de aperfeiçoamento de talentos e qualificação de futu-

ros profissionais para o mercado de trabalho, além da realização de cursos, consultorias e abertura de vagas de emprego, para as quais o IEL recruta e seleciona candidatos.

O Programa de Formação de Consultores oferecido pelo Instituto proporciona conhecimentos sistematizados sobre a arte e a técnica da consultoria. “Aqui os participantes conhecem as diversas formas de

relacionamento com os clientes, aprendem a elaborar apresentação de propostas, entendem como os recursos são utilizados em consultorias e refletem sobre o papel do consultor como agente de mudanças e desenvolvimento da empresa onde irão atuar”, explica Janete Souza, profissional da área de treinamento do IEL. De 2010 a 2011, o Instituto formou 94 profissionais

## SELEÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS

em consultoria empresarial, que saíram do curso prontos para atuar em empresa de qualquer segmento.

Entre o público-alvo, estão os consultores que buscam atualizações em processos e técnicas de abordagens e profissionais de micro, pequenas e médias empresas, que necessitam enriquecer sua capacidade e qualidade de atendimento. “Com o curso, eu aprimorei a minha imagem profissional, melhorei a imagem e apresentação de minhas propostas de trabalho e a qualidade do material que desenvolvo. Atualmente sou consultor sênior do Sebrae. Também por intermédio do curso fui selecionado pelo IEL/Nacional para atuar como consultor do Programa de Desenvolvimento Empresarial na área de finanças”, conta André Pontes, que participou do curso de consultoria do IEL em maio de 2011.

Além do trabalho de formação, o IEL também presta consultoria às médias empresas. “O serviço de consultoria prestado pelo IEL trabalha com profissionais capacitados em analisar, montar o diagnóstico e sugerir soluções aos problemas apresentados, caso a caso”, garante Janete. De agosto a outubro de 2011, foi feita a primeira Consultoria - Diagnóstico Organizacional em Indústria do Estado.

“A experiência foi bastante positiva para o Instituto e para a empresa atendida. Para o IEL, foi um desafio. Para a empresa, houve ganhos com os cursos de qualificação pessoal”, informa Vanessa Anjos, coordenadora do IEL. A partir da consultoria, a empresa consegue observar, por meio do consultor, as necessidades da empresa, visando à sua melhoria e apontando vícios e falhas a serem ajustados ou extintos, bem como pontos positivos a serem exaltados aos colaboradores e gerência. Para 2012, Vanessa antecipa que o IEL Pará está montando uma equipe maior e formatando projetos para alinhar as metodologias de trabalho.

Desde maio de 2011, o IEL passou a estabelecer parcerias com empresas locais para seleção e encaminhamento às vagas de emprego. Por meio do novo banco de vagas e oportunidades disponibilizado pelo Instituto, as empresas interessadas nos serviços de seleção informam ao IEL o perfil que desejam do candidato à vaga. “Daí em diante, apresentamos a proposta da vaga aos candidatos, iniciamos as entrevistas, a aplicação de testes psicológicos e, em alguns casos, fazemos a emissão de laudos, e os resultados têm sido excelentes. Encaminhamos cinco candidatos por vaga ofertada para a entrevista final na empresa solicitante. Desde o início das parcerias e o lançamento da proposta do ‘Bolsa Talentos’, o IEL Pará ofertou vagas todo mês”, destaca a coordenadora do Instituto.

O trabalho é realizado pela equipe da área de recrutamento e seleção do IEL, composta por psicólogas e estagiárias. No atendimento à empresa, é levada em conta a integridade e ética da organização, o perfil da vaga e o local onde o novo profissional atuará. “Procuramos orientar também sobre montagem de perfil, horário e salário. Somos transparentes com a empresa acerca das dificuldades no recrutamento, solicitando sempre o *feedback* sobre ocorrências positivas ou negativas”, relata Vanessa Anjos.

Fernando Giestas, proprietário da “Casa das Tortas”, é um dos empresários que contratou o IEL para recrutamento e seleção de seus funcionários. “O IEL fornece às empresas uma solução completa para os processos de recrutamento e seleção, e os serviços são excelentes. Eles possuem profissionais capacitados, especializados em Recursos Humanos, que dão total assistência, passando credibilidade às empresas parceiras. O serviço é sério, ágil e, aliado ao vasto banco de dados de candidatos, possibilita uma resposta rápida a todo o processo”, garante o cliente.

Vanessa Anjos conta que, na hora de escolher os candidatos, a análise feita pelos profissionais valoriza muito a transparência, honestidade e fidelidade ao currículo apresentado. “O candidato está constantemente sob análise, desde a forma de se apresentar, falar e comportar-se, até o entendimento e interesse sobre a vaga. As perguntas são sempre bem-vindas”, afirma.

Lucila de Oliveira foi chamada pelo IEL para uma vaga de emprego no “Paola Confeções”. Embora já fosse costureira e trabalhasse por conta própria, ela aceitou o convite, pois viu chances de crescimento nessa oportunidade. “Percebi que, aceitando esse emprego, eu poderia ganhar mais experiência, costurar roupas de festas, de casamento. Eu estou gostando muito do trabalho e sei que fiz a escolha certa”, conta.

Entre as metas do IEL para 2012 está a de ampliar as parcerias e a oferta de vagas. “Atualmente encaminhamos pouco mais de 100 estudantes para entrevistas de estágio, cerca de três candidatos por vaga. Nosso interesse, agora, é atingir o mesmo número no que se refere a empregos”, projeta Vanessa. ❏



# O estímulo que vem do esporte

**PROMOVER COMPETIÇÕES ESPORTIVAS ENTRE OS TRABALHADORES PODE RENDER ÀS EMPRESAS FUNCIONÁRIOS MAIS SAUDÁVEIS E SATISFEITOS, QUE TRABALHAM MAIS E MELHOR**

Observando os jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol, que encerrou no começo de dezembro e cujo nível de dificuldade é dos maiores do mundo, podemos perceber como esporte e trabalho estão diretamente relacionados. Ambos exigem o desenvolvimento de certas estratégias, como habilidade para trabalhar em equipe, táticas de confronto, negociação e superação de limites, dentre outras.

Estimular essas competências entre os trabalhadores da indústria paraense faz parte da missão do Serviço Social da Indústria (Sesi)

– Pará, que promove, anualmente, competição esportiva intitulada “Jogos do Sesi”. No período de 25 a 28 de novembro de 2011, pouco mais de 300 trabalhadores, de 22 empresas do setor produtivo do estado, todos classificados em disputas municipais, vestiram a camisa do esporte em mais uma etapa da competição: a estadual.

Os trabalhadores, então atletas, interagiram em seis modalidades: futebol de campo, futebol de salão, futebol society, vôlei de areia, tênis de mesa e xadrez. A maior parte das competições foi realizada no centro esportivo do Sesi em Ananindeua,

município da Região Metropolitana de Belém. O local abriga dois campos de futebol, um campo society, duas quadras de areia e um salão de eventos, onde foi disputada a modalidade tênis de mesa.

Já os jogos de xadrez foram realizados no Hotel Regente, enquanto a bola do futebol de salão rolou no ginásio esportivo do Sesi Almirante Barroso, ambos em Belém. Os atletas presentes no final de semana da competição representaram empresas de Belém, Ananindeua, Altamira, Barcarena, Castanhal, Marabá, Parauapebas e Santarém.

# INTEGRAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

Um desses atletas de destaque é Rony Cleiton, operador de máquinas da Isoeste, indústria de isopor de Castanhal, que falou da satisfação em participar dos Jogos do Sesi. “É uma alegria imensa estar aqui. Além de jogar futebol, a gente ainda faz novas amizades”, afirmou. Cleiton acredita que o torneio melhora a qualidade de vida do trabalhador. “Todos nós queremos chegar aqui e participar dos jogos e, por isso, acabamos nos dedicando mais ao trabalho” acrescenta. Para Cleiton, o esporte só acrescenta coisas boas, como saúde. “Meu patrão ganha em produtividade”, diz.

Valdomiro Botelho, funcionário da Hiléia, diz que é conhecido pelos seus amigos como Dunga. “Esse apelido vem desde 1994, quando o Brasil conquistou o Tetracampeonato e o Dunga ficou conhecido pelo seu estilo guerreiro e durão”, explica. Mas não é somente o estilo de jogo de Valdomiro que lembra o jogador que foi capitão do tetra: a semelhança é física também.

De acordo com o Dunga da Hiléia, a expectativa da sua

equipe era alcançar o bicampeonato no futebol society. E conseguiram. “Em mais um ano, superamos nossos adversários e saímos bicampeões dos Jogos do Sesi. E a vitória coroou toda a nossa dedicação em busca de mais esse título para a nossa empresa”, contou, entusiasmado.

Roberval Costa, que trabalha nos Correios de Parauapebas e vive no município há 19 anos, conta que ficou impressionado com a organização dos Jogos Estaduais do Sesi. “Fiquei muito mais motivado por isso. Treino sempre o meu tênis de mesa, mas percebi que, aqui, estava muito mais determinado a vencer. Agora sou campeão estadual e, com certeza, vou me preparar para voltar de Macapá, no ano que vem, com o título regional”, destacou.

Gerente de Cultura, Esporte e Lazer do Sesi, Éder Palheta afirma que não há dúvidas quanto aos benefícios garantidos pelo esporte. “Por isso, o Sesi investe no esporte. Incentivamos também as empresas a perceberem que, com a melhoria na qualidade de vida dos funcionários, o retorno é garantido, pois as faltas diminuem e a motivação aumenta, melhorando o desempenho e a integração com os colegas de trabalho”, argumenta. ☑

## RESULTADOS DOS JOGOS ESTADUAIS 2011

- ☞ **FUTEBOL DE CAMPO:** 1º Vale (Parauapebas); 2º Hiléia (Belém); 3º Acqua (Ananindeua).
- ☞ **FUTEBOL SOCIETY:** 1º Hiléia (Belém); 2º Vale (Parauapebas); 3º Imerys (Barcarena).
- ☞ **FUTEBOL DE SALÃO:** 1º Celpa (Castanhal); 2º Belágua (Ananindeua); 3º Correios (Belém).
- ☞ **VÔLEI DE AREIA (Feminino):** 1º Alunorte (Barcarena); 2º Celpa (Belém).
- ☞ **VÔLEI DE AREIA (Masculino):** 1º Alunorte (Barcarena); 2º Celpa (Ananindeua).
- ☞ **TÊNIS DE MESA:** 1º Roberval Costa (Correios – Parauapebas); 2º Tony Santos (Alubar – Barcarena); 3º Jorge Cruz (Celpa – Belém); e 4º Altemir Lima (Sidepar – Marabá).
- ☞ **XADREZ RÁPIDO:** 1º Adriano Cunha (Vale - Parauapebas); 2º Manoel Adalberto (Correios - Belém); 3º José Otávio Souza (Albras - Barcarena).
- ☞ **XADREZ PENSADO:** 1º José Otávio Souza (Albras - Barcarena); 2º Adriano Cunha (Vale - Parauapebas); 3º Manoel Adalberto (Correios - Belém).

Foto: Ray Nonato



Foto: Oswaldo Forte



# De olho na saúde financeira do time

**EMPREGADOS COM DÍVIDAS RENDEM MENOS E ESTÃO MAIS SUJEITOS A ACIDENTES, POR ISSO, AS CORPORAÇÕES INVESTEM EM TREINAMENTOS SOBRE O TEMA PARA SEUS TRABALHADORES**

Os números não mentem: apesar do bom momento econômico vivido pelo Brasil, em terras paraenses, 78% da população economicamente ativa está endividada. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Federação do Comércio do Estado do Pará, a Fecomércio. A pesquisa ainda revela que 35% dessas contas já

estão atrasadas, e 14% dos consumidores não conseguirão saldá-las.

E as empresas já perceberam que os problemas financeiros podem impactar diretamente no rendimento de um trabalhador. “Verificamos através de estudos e relatórios que um profissional preocupado perde o foco, fica desmotivado”, relata Amanda Silva, assistente social da Alunorte, refinaria de alumina localizada em

Barcarena, a 40 km de Belém. E foi para motivar os empregados, investindo na saúde financeira deles, que a refinaria ofereceu um curso, realizado há cerca de dois meses, sobre como administrar melhor o dinheiro. “É uma forma de zelarmos pelos nossos funcionários, tanto dentro da empresa quanto fora dela”, diz Amanda.

Empresa de extração de bauxita que atua no nordeste



Foto: Divulgação Hydro

Na Hydro Paragominas, o Senhor Dinheiro ajudou os empregados com dicas de controle do orçamento doméstico

paraense, a Hydro Paragominas investe em treinamentos de educação financeira para seus funcionários desde 2008. Karina Suely Santos, gerente de Recursos Humanos e Comunicação, conta que o primeiro evento, realizado há mais de três anos, abarcou não apenas os empregados, mas também seus familiares. “Em muitos casos, são as mães e esposas que administram as finanças”, explica. O evento contou, à época, com o suporte de empresa especializada em soluções financeiras e planejamento familiar.

“O segundo evento foi neste ano de 2011, quando contratamos o consultor financeiro do Fantástico, Luiz Ewald Filho, o Senhor Dinheiro, para uma série de palestras dentro da unidade”, conta Karina. Mais uma vez, os familiares estiveram presentes na discussão. Ela conta que, com a dificuldade de concentração causada pelo estresse financeiro, o funcionário não apenas diminui a produtividade, mas fica mais propenso a acidentes de trabalho. “Fato que, para nós, é ainda mais preocupante”, destaca.

Psicóloga especializada em Recursos Humanos, Messiana Montagner fala que a eficácia de cursos e treinamentos promovidos pelas empresas sobre o assunto não deve se resumir a um manual de redução de despesas. Para ela, é importante que tais iniciativas aju-

dem também “a entender e conhecer as armadilhas mais comuns dos créditos fáceis e das inúmeras ‘facilidades’ de compra e parcelamento, o que pode se tornar um pesadelo”, e o principal: que as ações sejam acessíveis a todos os empregados.

Jorge Augusto Nascimento, funcionário da Alunorte, explica que o curso ofertado na empresa foi um divisor de águas na sua vida financeira. “Conceitos bem simples, como não gastar mais do que se ganha, passaram a fazer parte do meu dia a dia e da minha esposa também”. Para Jorge, o aprendizado já está dando resultados: “passamos a cortar gastos supérfluos, aquelas besteirinhas que, sem perceber, vão fazendo o dinheiro não chegar ao fim do mês. Vamos entrar o ano novo no azul”, comemora.

“O controle financeiro traz benefícios para a vida pessoal e profissional”, diz Messiana. “Como ter motivação para o trabalho com débitos a saldar, credores a telefonar, familiares para sustentar e planos a realizar, agora comprometidos?”, questiona. Ações voltadas para educação financeira dos funcionários são investimentos da empresa que podem garantir um ótimo retorno em termos de produtividade. “Que empresa não gostaria de ver seus recursos humanos otimizando seu trabalho?”, provoca a psicóloga. ❏

**CURSOS E TREINAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PROMOVIDOS PELAS EMPRESAS NÃO DEVEM SE RESUMIR A UM MANUAL DE REDUÇÃO DE DESPESAS. É IMPORTANTE QUE ESTAS INICIATIVAS AJUDEM TAMBÉM A DESVENDAR AS ARMADILHAS DO CRÉDITO FÁCIL. MAIS IMPORTANTE AINDA É QUE ESTAS AÇÕES SEJAM ACESSÍVEIS A TODOS OS EMPREGADOS.**

# 60%

Seis em cada dez funcionários consideram-se preocupados com sua situação financeira.

# 15 DIAS

Os salários dos trabalhadores endividados duram, em média, 15 dias, sendo o resto das despesas mensais bancadas pelo cheque especial, empréstimos e outros financiamentos.

# 65%

Maior é o número de faltas que os trabalhadores endividados reúnem em um ano. As ausências ao trabalho são utilizadas para a resolução dos problemas financeiros: renegociar dívidas com credores e conseguir empréstimos no banco. O número de advertências também aumenta.

# 48%

Em julho de 2011, este era o percentual das famílias brasileiras mergulhadas em dívidas, segundo a pesquisa Índice de Expectativa das Famílias (IEF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Fonte: Revista Você S/A (Editora Abril)

# VIDA CORPORATIVA

## NÃO BASTA SÓ CONHECER A TÉCNICA: AS CHAMADAS COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS TAMBÉM SÃO AVALIADAS PELAS EMPRESAS NO MOMENTO DE ESCOLHER OS NOVOS FUNCIONÁRIOS

**V**ocê já procurou entender qual o peso e os efeitos que as emoções têm na sua habilidade de lidar com o cotidiano pessoal e profissional? A chamada inteligência emocional constitui-se hoje em fator essencial para se obter êxito na carreira e assegurar ambientes harmoniosos e produtivos.

Muito mais do que um excelente conhecimento sobre a área, é preciso saber lidar com as pró-

prias emoções e com as dos outros também, assim como saber como e quando expressar tais emoções. A psicóloga Aline Barros, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), explica que, na hora da contratação, as competências emocionais contam tanto – ou mais – do que as qualidades técnicas. As empresas já perceberam que só o conhecimento técnico não é suficiente para um bom desempenho profissional, segundo Aline, e que o compor-

tamento e as emoções são fatores decisivos para a postura do trabalhador em situações de estresse, pressão e mudanças.

Ela entrevista cerca de 300 pessoas por mês para preenchimento de vagas em empresas. Aline avalia a aptidão de um candidato a determinado cargo ou função principalmente pelas suas habilidades emocionais ou, como costuma chamar, “competências emocionais”. “São elas que farão a diferença no dia a



## TRABALHADOR QUE SABE EQUILIBRAR AS PRÓPRIAS EMOÇÕES PRODUZ MAIS E É FELIZ

dia do trabalho”, afirma, ressaltando que um bom candidato é aquele que, além de possuir conhecimentos técnicos e experiência, sabe se posicionar diante de crises e compreende com mais facilidade a situação emocional do colega de trabalho.

Trabalhador que sabe equilibrar as próprias emoções produz mais e é feliz. É no que acredita Roberto Lima, presidente da Casa Granada, que tende a valorizar mais as competências emocionais do que as técnicas. Ele conta que, na Casa Granada, aperfeiçoa-se tanto o lado técnico quanto o lado emocional do funcionário, considerado inclusive no momento de oferecer benefícios, como plano de saúde. Roberto ressalta que as habilidades emocionais também fazem a diferença na hora de escolher os funcionários.

Candidatos a vagas em empresas, Ângela Noronha, de 24 anos, e Roger Cardoso, 27 anos, foram avaliados pelo IEL antes de passarem a integrar o corpo de funcionários da Companhia das Docas do Pará (CDP) e Norte Brasil Sistemas, respectivamente, e ilustram essa nova tendência das organizações. Selecionada para vaga de estágio na CDP, Ângela Noronha diz que os colaboradores devem ter um perfil que preserve o “empreendedorismo, a boa comunicação, flexibilidade, atitude vencedora e equilíbrio para saber superar desafios”. Partilha da mesma ideia o agora supervisor técnico da Norte Brasil Sistemas, Roger Cardoso. “São características como essas que nos diferem dos outros profissionais”, avalia.

A psicóloga Aline Barros afirma que competência – ou inteligência – emocional não significa somente saber controlar as emoções ou cultivar a boa convivência com os colegas de trabalho, mas compreender não apenas a própria constituição emocional, como também a dos demais funcionários, e direcioná-la para o rumo apontado pelos objetivos da empresa. Ela sugere, ainda, que é mais fácil treinar o conhecimento técnico de um funcionário do que suas emoções, o que demandaria mais tempo e resultaria num processo bem mais desgastante.

“Sabemos que a competência emocional é responsável pelas melhores decisões, organizações mais dinâmicas e por maior satisfação de vida pessoal e profissional. Por muito tempo, trabalhamos tentando separar nossas emoções de nosso intelecto, quando, na verdade, precisamos que ambos trabalhem juntos”, completa a profissional. ➡

## CAPACIDADES FUNDAMENTAIS

Quatro capacidades fundamentais, todas importantes para o equilíbrio emocional, formam as competências emocionais, explica Aline Barros. Veja quais são:

**1** A primeira delas, a autoconsciência, é a capacidade de compreender as emoções e reconhecer os impactos dela provenientes.

**2** O autogerenciamento, segunda capacidade fundamental, é a habilidade de manter sob controle impulsos e emoções.

**3** A terceira é a consciência social, ou seja, sentir as emoções alheias e compreender tais perspectivas e demonstrar interesse, preocupação, motivação e persistência perante elas.

**4** A última das capacidades fundamentais é a habilidade social, que significa ter boa – e clara – comunicação, além de competência para fortalecer relações por meio de feedback, orientação e construção de laços.

↳ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith  
(91) 3230-3721  
flavio@castanhhal.com.br  
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

↳ **Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acará – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro  
(91) 3727-1512 / 3727-1016  
madeireiramaais@hotmail.com  
www.sindindustria.com.br/simavapa

↳ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos  
(93) 9121-6220  
djvascon@yahoo.com.br  
www.sindindustria.com.br/sigepa

↳ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva  
(91) 4009-4985 / 3241-5744  
sigepa@globo.com / sigepa@fiepa.org.br

↳ **Sindicato da Indústria de Confeções de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusrampa**

Presidente: Rita Arêas  
(91) 4009-4872  
sindusrampa@yahoo.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindusrampa

↳ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares  
(91) 3212-3318  
sindmoveis@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindimoveispa

↳ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva  
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001  
Email: apereira@agropalma.com.br  
www.sindindustria.com.br/sinolpa

↳ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira  
(91) 3223-7146 / 3242-7107  
simepa@simepa.com.br  
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br  
www.sindindustria.com.br/simepa

↳ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar  
(91) 3210-8800 / 3210-8843  
ivanijar@marmobraz.com.br

↳ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burle  
(91) 3241-4588 / 3241-2101  
sinpesca@interconect.com.br  
sinpesca@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

↳ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa  
(91) 3224-6621  
jaymebessa@hotmail.com

↳ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro  
(94) 3345-1224 / 3345-1186

↳ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Manoel Pereira dos Santos Júnior  
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763  
secretaria@sindusconpa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindusconpa  
www.sindusconpa.org.br

↳ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá - Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho  
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova  
68501-570, Marabá (PA)  
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

↳ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa**

Presidente: Elias Pedrosa  
(91) 3222-5140 / 3241-1052  
sippa@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sippa

↳ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simene**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka  
(91) 3721-3835 / 3711-0868  
simenepa@hotmail.com / delegaciastanhhal@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/simenepa

↳ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos  
(91) 3224-4142 / 4009-4981  
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sinconapa

↳ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões  
(91) 3201-1500 / 3201-1508  
juarez.simoes@gruposimoes.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindbebidasp

↳ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas - Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi  
(91) 3011-0053  
sindiserpa@nortnet.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindserpa

↳ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa  
(91) 3225-1788 / 4009-4883  
sindipalm@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindipalmpa

↳ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes  
(91) 3222-0339  
moinhoesperanca@hotmail.com

↳ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela  
(91) 3241-0349  
lscapela@gmail.com

↳ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo  
simatur@mcoline.com.br

↳ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro  
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430  
smdist@amazon.com.br  
vendas@grupostamaria.com.br

↳ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinqufarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo  
(91) 3241-8176 / 4009-4876  
nilson@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sinqufarmapa

↳ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho  
(91) 3711-0868  
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br  
www.sindindustria.com.br/siapa

↳ **Sindicato da Agro-Indústria Tabageira do Estado do Pará – Saitep**

Presidente: José Joaquim Diogo  
(91) 4009-4871  
www.sindindustria.com.br/saiteppa

↳ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor  
(91) 3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342  
sindimade@sindimade.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

↳ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Uliana  
(91) 3225-1128 / 4009-4886  
sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

↳ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Simade**

Presidente: Rogério Bonato  
(91) 3335-1142

↳ **Sindicato das Ind. da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamá, Irituia Mãe do Rio e Aurora do Pará – Sincom**

Presidente: Raimundo Gonçalves Barbosa  
(91) 3446-2564 / 3446-1184  
sicomsmg@hotmail.com  
www.sindindustria.com.br/sicompa

↳ **Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros  
(91) 3752-1233 / 3752-1309  
sindimata@idnet.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

↳ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama  
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804  
delegaciastanhhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

↳ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Dejair Francisco De Oliveira  
(91) 3783-1228  
org.contabeis@bol.com.br  
www.sindindustria.com.br/simmarpa

↳ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes  
(91) 3254-5826 / 3244-8844  
tecnover2@yahoo.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindirepa

↳ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta  
(91) 3212-2619  
sindifrutas@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

↳ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu - Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior  
(93) 3515-3077  
simbaxaltamira@yahoo.com.br

↳ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará - Sindiferpa**

Presidente: Leonildo Borges Rocha  
(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884  
anaclaudia@sindiferpa.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

↳ **Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará - Simineral**

Presidente: Eugênio Victorasso  
(91) 3230-4066  
andre@ibram.org.br  
www.sindindustria.com.br/simineraispa

↳ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira  
(94) 3322-1953  
sindileitepa@hotmail.com  
www.sindindustria.com.br/sindileitepa

# Rede SESI de Educação

• Educação Infantil e  
Ensino Fundamental  
Educação de Jovens e Adultos

*Matriculas Abertas*

## Porque escolher o SESI

O objetivo estratégico fundamental na Rede SESI de Educação é promover educação básica de qualidade que desenvolva no trabalhador da indústria e seus dependentes a capacidade de criação e inovação, a cultura empreendedora, a visão da ecossustentabilidade e a responsabilidade social. Há 60 anos, este é o trabalho do SESI no setor industrial.

Na educação para jovens e adultos (EJA), o SESI oferece na gestão dessa modalidade de ensino para seus jovens e adultos trabalhadores do sistema indústria, características próprias, tanto na estrutura curricular e nos tempos da oferta, quanto nas metodologias de ensino, sejam elas presenciais ou a distância.



Mais Informações: (91) 4009 4959  
E-mail: [gerenciadeeducacao@sesipa.org.br](mailto:gerenciadeeducacao@sesipa.org.br)

Acompanhe o SESI nas redes sociais



acesse: [www.sesipa.org.br](http://www.sesipa.org.br)



siga: @SistemaFiepa



curta: SESI Pará



# SESI

Ellen Acioli e Lilliane Sousa, paraenses, funcionárias da área de Meio Ambiente da Mina de Bauxita de Juruti.



# Alcoa Eleita empresa referência em Sustentabilidade

Reconhecimento que fazemos questão de dividir com a população de Juruti e do Pará



Projeto Quelônios da Amazônia estimula ações de educação socioambiental



Produção que gera empregos e transformação social



Voluntariado que une funcionários e moradores pelo bem de Juruti

Antes mesmo de 2006, quando a Mina de Bauxita de Juruti ainda era um projeto no papel, já estávamos determinados a construir um modelo de mineração verdadeiramente sustentável na Amazônia. Que considerasse os anseios e as necessidades da população local, conciliando desenvolvimento econômico, responsabilidade social e conservação ambiental.

Hoje esse modelo é uma realidade em construção, a partir do diálogo contínuo e transparente com a população de Juruti, do trabalho conjunto com instituições renomadas, da parceria com o poder público e com representantes de diversos setores da sociedade, que nos ajudam a pensar e colocar em prática a mineração do século XXI, que combina a extração de minérios com desenvolvimento sustentado das comunidades.

Por esse esforço na busca da transformação social em bases realmente sustentáveis e duradouras, a Alcoa foi destacada entre as empresas-modelo pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2011, a principal publicação sobre responsabilidade corporativa no Brasil.

Distinção que não cabe somente a nós, mas a todos os paraenses e em especial aos moradores de Juruti, que, afinal, estão construindo um modelo verdadeiramente sustentável de mineração na Amazônia.

Para saber mais sobre o modelo sustentável de mineração que estamos construindo no Pará, acesse [www.conjus.org.br](http://www.conjus.org.br)

